



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CECA
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA PRONERA

LEONARDO PEREIRA LOPES CATARINO

HORTAS COMUNITÁRIAS AGROECOLÓGICAS: A EXPERIÊNCIA DA CAMPANHA
MÃOS SOLIDÁRIAS EM OLINDA, PE.

RIO LARGO
2024

Leonardo Pereira Lopes Catarino

HORTAS COMUNITÁRIAS AGROECOLÓGICAS: A EXPERIÊNCIA DA CAMPANHA
MÃOS SOLIDÁRIAS EM OLINDA, PE.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à
Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus de
Tecnologia e Ciências Agrárias - CECA, como pré-
requisito para a obtenção do grau de Bacharel em
Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva

RIO LARGO
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Campus de Engenharias e Ciências Agrárias
Bibliotecário Responsável: Erisson Rodrigues de Santana - CRB4 - 1512

C357h Catarino, Leonardo Pereira Lopes

Hortas comunitárias agroecológicas: a experiência da campanha mãos solidárias em Olinda, PE. / Leonardo Pereira Lopes Catarino. – 2024.

58 f.: il.

Orientador(a): Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agroecologia - PRONERA) – Graduação em Agroecologia - PRONERA, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas. Rio Largo, 2025.

Inclui bibliografia

1. Agricultura urbana. 2. Organização popular. 3. Movimentos sociais. 4. Solidariedade ativa. 5. Combate à fome.
I. Título.

CDU: 631.95

Folha de Aprovação

LEONARDO PEREIRA LOPES CATARINO

HORTAS COMUNITÁRIAS AGROECOLÓGICAS: A EXPERIÊNCIA DA CAMPANHA MÃOS SOLIDÁRIAS EM OLINDA, PE

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias - CECA, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel(a) em Agroecologia.

Data de Aprovação: 10 de dezembro 2024.

Banca Examinadora

Orientador: Dr. Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva – CECA/UFAL

Examinador Interno: Dra. Jakeline Maria dos Santos – ADAGRO/PE

Examinador Externo: Dr. Fabiano Leite Gomes – Rede Mutum/AL

EPÍGRAFE

“Lutar, construir reforma agrária popular!”

AGRADECIMENTOS

Família

A minha família, especialmente minha mãe [Maria roseni Pereira da Costa], meu pai [Elzo Marcos Lopes Catarina] e meus irmãos e irmãs [Fatinha, Daiane, Leidiane, Maiara, Juliana, Weltom, junho, luzia e Nubia], e a minha avó [Maria pereira], por seu amor incondicional, apoio e incentivo constante. Vocês foram minha força motriz, e se hoje cheguei aonde estou devo a vocês, amo muito todos.

Amigos da universidade

Aos meus amigos e amigas queridos que a universidade me proporcionou conhecer [Ellen, Emerson, Erick, Erisvan, Flávio, Carla, Ruth, Lucas, Vitor, Paulo, Vitor, Alaelson, Luiz, Miquerlane, Augusto], por suas palavras de encorajamento, risadas e momentos de descontração, em todos esses anos nessa jornada vocês foram maravilhosos.

Orientador

Ao meu orientador, Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva, por sua paciência, sabedoria e dedicação. Sua orientação foi fundamental para o sucesso deste trabalho, serei eternamente grato.

Amigos da vida

Aos meus amigos e amigas [Luiza, Fabiola, Daniele, Gessica, Alessandra] que sempre me deram força e me ajudaram nas fases mais complicadas de todo esse processo para alcançar esse sonho, em especial a [Luiza] que me auxiliou no processo de formatação do tcc.

Companheiros que contribuíram

Aos companheiro [Napoleão], e a companheira [Gessica], companheiros de luta e coordenadores da campanha Mãos solidárias e que contribuíram na pesquisa, não esquecendo das companheiras e guerreiras as mulheres da vila manchete [Ana lúcia, Rosicleide, Sandra maria, severina maria, maria sonha], sua participação foram de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho, meus sincero obrigado.

Madrinha (in memoriam)

À minha querida madrinha, [Raimunda Maria], que nos deixou. Sua memória e legado vivem em meu coração, e este trabalho é também uma homenagem ao seu amor e influência, sempre me aconselhou em todos os momentos da minha vida e não me deixou desistir quando o caminho era estreito e difícil, sua memória será sempre lembrada.

Agradecimento final

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho. Que este seja apenas o início de uma jornada de crescimento e sucesso, "Agradeço até mesmo àqueles que não acreditaram em mim, pois vocês me ensinaram a buscar força interior e superar obstáculos." pois aqui se respira luta.

Atenciosamente

Leonardo pereira Lopes catarino

RESUMO

O presente trabalho é fruto das nossas inquietações acerca do florescimento de experiências de organização popular sendo construídas a partir da criação de hortas comunitárias nas periferias das cidades. Essa frente de ação e atuação que articula movimentos sociais, parceiros institucionais e os agentes locais tem se mostrado uma potente tecnologia de transformação social e de disseminação da agroecologia em diversos territórios, como o caso da Horta Popular Solidária da Vila Manchete, localizada em uma ocupação urbana em Olinda, Pernambuco, e coordenada pela Campanha Mãos Solidárias - braço de atuação urbano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para tanto, tomamos como objetivo investigar o papel das hortas agroecológicas populares solidárias na promoção da segurança alimentar, organização popular e fortalecimento da agroecologia como base de transformação social. A pesquisa foi essencialmente qualitativa, de cunho descritivo e exploratório cuja finalidade foi compreender melhor os efeitos e características organizativas desse tipo de atividade no território, considerando seus limites e potencialidades. Como resultado, constatamos a importância das hortas urbanas para as comunidades periféricas, mostrando sua eficiência na organização popular, política, cultural e de sensibilização e socialização quanto ao tema da agroecologia para a classe trabalhadora urbana.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Organização popular; movimentos sociais; Solidariedade ativa; Combate à fome.

ABSTRACT

This work is the result of our concerns about the flourishing of popular organization experiences being built through the creation of community gardens on the outskirts of cities. This front of action and action that articulates social movements, institutional partners and local agents has proven to be a powerful technology for social transformation and dissemination of agroecology in different territories, such as the Horta Popular Solidária in Vila Manchete, located in an occupation urban in Olinda, Pernambuco, and coordinated by the Solidarity Hands Campaign - the urban action arm of the Landless Rural Workers Movement. To this end, we aim to investigate the role of solidarity-based popular agroecological gardens in promoting food security, popular organization and strengthening agroecology as a tool for social transformation. The research is essentially qualitative, descriptive and exploratory, whose purpose is to better understand the effects and organizational characteristics of this type of activity in the territory, considering its limits and potential. As a result, we hope to be able to confirm the importance of urban gardens for peripheral communities, showing their efficiency in popular, political, cultural organization and awareness and socialization regarding the topic of agroecology for the urban working class.

Keywords: Urban agriculture; Popular organization; Social Movements; Active solidarity; Fight hunger

LISTA DE FIGURAS

Figura		Pagina
Figura 1	Esquema explicativo do funcionamento das tecnologias sociais	23
Figura 2	Primeira iniciativa da Campanha ainda chamada “Marmita Solidária”. Publicação na rede social Instagram para a convocação de doações e voluntariado	30
Figura 3	Doações no Armazém do Campo destinadas aos Bancos Populares de Alimentos, da Região Metropolitana do Recife	31
Figura 4	Cartilha formativa elaborada pelo MST, Mãos Solidárias e Fiocruz	32
Figura 5	Roçado Solidário leva voluntários da Campanha Mãos Solidárias a trabalhar a terra em áreas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária	33
Figura 6	Grupo de voluntários recebendo instruções de um camponês sobre o manejo de hortas agroecológicas no Roçado Solidário	34
Figura 7	Entrevista com as mulheres da vila manchete	40
Figura 8	Entrevista com as mulheres da vila manchete	40
Figura 9	Torre da TV Manchete	43
Figura 10	Dia de distribuição do Banco Popular de Alimentos	46
Figura 11	Preparo de marmitas na Cozinha Popular Solidária Luiz Lorenzon	47
Figura 12	Primeiro mutirão da Horta Popular Solidária da Vila Manchete	49
Figura 13	Primeira colheita	49
Figura 14	Mutirão na horta da vila manchete	50
Figura 15	Conclusão do curso de Agentes Populares de Alimentação	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIP	Associação da Imprensa de Pernambuco
AU	Agricultura Urbana
BDHC	Brigada Popular Solidária Dom Helder Câmara
CMS	Campanha Mãos Solidárias
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FUNDARPE	Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
FUP	Federação Única dos Petroleiros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores por Direitos
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
RMR	Região Metropolitana do Recife
SODECA	Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta
TS	Tecnologia Social
SVSA	Secretaria de Vigilância em Ambiente e Saúde
TSS	Territórios Saudáveis e Sustentáveis
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - Iniciativas de combate à fome no cenário pós-pandêmico: as hortas comunitárias urbanas e a solidariedade ativa na construção de territórios saudáveis e sustentáveis	19
1.1. Pobreza e desigualdade social na Região Metropolitana do Recife pós covid. O retorno ao mapa da fome	19
1.2. Tecnologias sociais para o enfrentamento da vulnerabilidade periférica	22
1.3. As hortas comunitárias urbanas de orientação agroecológica na promoção de territórios saudáveis e sustentáveis	25
CAPÍTULO 2 - Reforma agrária e agricultura urbana. A importância da atuação dos movimentos sociais no combate à fome nas periferias das grandes cidades	29
2.1. A Campanha Mãos Solidárias	29
2.2. A insegurança alimentar como pauta protagonista da agenda de lutas para a atualidade	35
2.3. Metodologia da pesquisa e Análise dos dados	39
CAPÍTULO 3 - A experiência da Horta Popular Solidária da Vila Manchete, Olinda, Pernambuco	43
3.1. A caracterização do território estudado	43
3.2. Aqui se germina luta: a Horta Popular Solidária da Vila Manchete	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

A agricultura é algo fundamental para a vida humana. Ela teve seu grande marco quando as sociedades humanas perceberam a partir da sua capacidade da domesticação de animais que seria possível produzir alimentos e permanecer por mais tempo em locais fixos, deixando assim de ser nômades para se tornarem sedentárias, assentando-se em um único local. O breve histórico do surgimento da agricultura como uma atividade humana muito se relaciona com a formação e a origem das primeiras cidades. Nesse contexto, começam a surgir as primeiras civilizações, os primeiros povoados e as primeiras cidades que, conjuntamente com as revoluções tecnológicas, propiciaram a conglomeração das grandes cidades, as metrópoles. Para contar essa história, nos baseamos em Mazoyer e Roudart (2010, p. 52)

Foi apenas no neolítico — há menos de 10.000 anos — que ele começou a cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificializados e explorados por seus cuidados. Desde então, a agricultura humana conquistou o mundo; tornou-se o principal fator de transformação da ecosfera, e seus ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais que não produzem elas próprias sua alimentação.

Este processo também desencadeou na separação do rural e urbano, enquanto modos distintos de organização social e das relações de produção. O avanço das grandes indústrias alavancou por sua vez o que a literatura especializada no tema costuma chamar de êxodo rural, processo em que as famílias saem da zona rural para as cidades a procura de melhores condições de vida, deixando para trás todo o seu vínculo com o território, a cultura e o modo de vida e organização camponesa.

As precárias condições de vida no campo não foram superadas mesmo com o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), Lei No 4.214, de 2 de março de 1963, que assegurava ao trabalhador rural os direitos trabalhistas, antes voltados apenas para o trabalhador urbano, perpetuando o fluxo migratório da população precarizada do campo à cidade (RAMBO, 2019).

O tímido avanço no campo institucional não seria suficiente para garantir qualidade de vida ao camponês sem a efetivação da reforma agrária. Com péssimas condições de vida e desprotegidos perante as relações de exploração em que se encontravam, o homem do campo via-se encurralado encontrando saída de sua

condição de subalternidade apenas na migração para a cidade, onde buscava usufruir dos direitos, bens e serviços urbanos prometidos pela modernidade. A história nos mostra que este êxodo rural só acarretaria ainda mais a exploração deste sujeito trabalhador agora apartado de sua territorialidade, se amontoando agora nas periferias urbanas (FONSECA, 2015).

Mesmo com todo esse processo, uma grande parte dessas famílias não perderam o vínculo com a terra e a cultura de produzir seu próprio alimento. O homem do campo alocado na cidade adaptou-se, passando trabalhar sua produção em espaços reduzidos, como quintais e pequenas apropriações de espaços públicos ociosos. Com isso se inicia o processo de uma nova agricultura, a agricultura urbana, que se mostra nos meios urbanos como um vestígio da permanência do rural como modo de vida sobrevivendo nas cidades, podendo ser encontrada, na sua maioria, no formato de pequenas hortas, pois tem como característica um modelo de produção de cultivo de plantas de ciclo curto - espécie que serão colhidas em reduzido período produtivo, com maior facilidade e requisitando menos investimento em infraestrutura¹ (FONSECA, 2015).

Com isso, queremos afirmar que uma grande parte dessas famílias não perderam a cultura de produzir alimento, apenas passaram a produzir em um espaço reduzindo, assim se inicia o processo de uma nova agricultura, a agricultura urbana que se mostra nos meios urbanos, podendo ser encontrada na sua maioria em formato de hortas pois tem um modelo de produção no cultivo de plantas com maior facilidade e que requer uma estrutura menores, porém isso não quer dizer que não possa ser produzida em espaços maiores com espécies de plantas de ciclos mais longo como as frutíferas, tendo em vista que isso é influenciado a partir do espaço que ela está sendo produzida.

As hortas urbanas comunitárias são uma realidade do presente e não uma ideia futura, basta direcionar um olhar mais atento para dentro das periferias das cidades brasileiras. É possível encontrá-las em quintais, praças, parques, terrenos baldios nas comunidades, e em outras tantas soluções criativas e inusitadas. Elas vêm desenvolvendo um papel fundamental nas vidas de famílias que passam a produzir seus alimentos livres de agrotóxicos, escapando dos altos preços dos mercados, promovendo ainda a organização de comunidades para além da luta do combate à fome,

¹ Quanto à capacidade produtiva da agricultura de subsistência urbana, cabe ressaltar que a restrição espacial que essa prática encontra nas cidades não necessariamente impede que se possa produzir espécies de plantas de ciclos mais longos, como as frutíferas, cada realidade e cada experiência demonstra suas especificidades e capacidades de contornar as adversidades com muita criatividade.

incorporando também em seu repertório de reivindicações a luta pelo acesso à água, a educação, a moradia, a igualdade de gênero, para citar algumas, desenvolvendo a solidariedade ativa a partir da educação popular. Nesse contexto, Fonseca, Morais e Chiariello (2024, p.13) reforçam o entendimento de que “a agricultura urbana aplicada na construção coletiva das hortas comunitárias seja uma realidade, implicando o questionamento sobre o tipo de cidade em que se deseja viver, as relações sociais e com a natureza, que se busca estabelecer”.

Para pensar o nosso problema de pesquisa, um outro marco temporal precisa ser melhor aprofundado. Trata-se do contexto da pandemia do coronavírus, iniciada em 2020 e arrefecida muito recentemente em 2022, seus efeitos sobre as desigualdades estruturais ainda se mostram determinantes para a compreensão da realidade social que investigamos ao estudarmos as novas frentes de ação e atuação dos movimentos sociais nas periferias brasileiras.

Esse período em questão ficou marcado pelo isolamento social, distanciamento forçado das nossas relações, hábitos e trabalhos, e mais dramaticamente pelo retorno do Brasil ao mapa da fome em relatório elaborado pela ONU escancarando as disparidades do desenvolvimento desigual entre as áreas urbanas e rurais, e entre as centralidades e as periferias, escancaramento também os descasos dos governos com as populações carentes, que foram criminosamente desassistidas durante a crise (CRAVO; GULARTE, 2023).

Justamente em épocas de escuridão, a solidariedade é a ferramenta e a arma mais potente que se pode ter para se enfrentar esses períodos. Essas ferramentas e armas podem ser desenvolvidas de várias formas, seja com a promoção de troca de conhecimento, ou com atividades concretas como as hortas populares solidárias que desenvolvem muito bem o conceito da solidariedade ativa em seu dia a dia.

Nesse entremeio, os movimentos sociais foram as principais forças organizativas que desenvolveram e executaram a solidariedade ativa com êxito dentro das comunidades. Dentre eles, destacamos exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento camponês que com seu braço de atuação urbano, a Campanha Mãos Solidárias em Pernambuco, que tem como foco principal a capital Recife, desenvolveu junto a outros movimentos, um papel fundamental para o combate à fome em comunidades carentes, promovendo a organização popular, e a solidariedade ativa com a organização e formação de sujeitos no cuidados das comunidades com relação a prevenção a COVID-19, garantindo o acesso a alimentação saudável através de uma das suas linhas de atuação que são as hortas populares

solidárias e o cuidado com o próximo através da organização de agentes populares de saúde. Assim reiteram Silva et al (2024, p.2)

Por meio de ações de solidariedade, voltadas inicialmente a arrecadação, distribuição de alimentos, material de higiene pessoal e confecção de máscaras faciais para as populações em situações de rua na cidade do Recife (PE), a Campanha Mãos Solidárias (CMS) passou à organização de cozinhas solidárias, bancos populares de alimentos, roçados solidários, formação de agentes populares de saúde, entre outras ações que visavam à organização popular e à garantia de direitos, expandindo-se para a região metropolitana, para o interior e, posteriormente, como experiência modelo para outros estados brasileiros.

Em concordância com o que versa o Dicionário de Agroecologia e Educação (2021, p.59) “a agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política”.

Tendo em vista que as terminologias “horta urbana” ou “agricultura urbana” não se restringem apenas à produção de alimento em espaços urbanos, mas que tratam também de muitos outros temas que surgem nesses espaços, como as questões culturais, políticas, econômicas comumente já incorporadas ao tema da agroecologia, acreditamos encontrarmos na estratégia de criação das hortas comunitárias nas periferias urbanas um excelente instrumento de transformação social. Entre as várias formas de se definir hortas urbanas solidárias, a que mais se adequa a esse trabalho é perspectiva que a compreende como uma ferramenta de combate à fome, promoção da organização popular, fortalecimento da agroecologia e solidariedade ativa. Novamente recorrendo ao Dicionário de Agroecologia e Educação, “o termo agricultura urbano (AU) não se refere apenas à produção agrícola em espaços urbanos. São relações sociais, políticas, culturais, econômicas e ecológicas estabelecidas nos territórios urbanos e metropolitanos, que envolvem agricultura” (De Reforma Agrária, 2021 p.51).

Com isso, este trabalho tem como cunho investigar o papel das hortas agroecológicas populares solidárias na promoção da segurança alimentar, organização popular e fortalecimento da agroecologia como ferramenta de transformação social na Região Metropolitana de Recife através do acompanhamento de uma experiência desenvolvida na comunidade da Vila Manchete, localizada no bairro de Outro Preto em Olinda, Pernambuco.

Acreditamos que as hortas comunitárias desenvolvem um papel fundamental dentro das comunidades carentes, porém, ainda não são vistas como tecnologia de transformação social a ser desenvolvida pelo poder público. A agricultura de

subsistência produzida em quintais e pequenas apropriações urbanas têm se tornado experiências expressivas no combate à fome, além de promover o debate em torno da origem dos alimentos e da alimentação saudável, ainda contribuem para o embelezamento de espaços públicos e a organização popular.

Isso posto, nos interessa contribuir, com nossa pesquisa, para o reconhecimento dessas experiências destacando o papel fundamental que eles desenvolvem nos territórios vulnerabilizados, mais especificamente, nas periferias urbanas da RMR. Pensamos ainda que o debate desenvolvido nesta pesquisa pode dar relevo a tecnologia social das hortas comunitárias aos poderes públicos revelando a sua importância na dissolução das desigualdades e enfim se tornar pauta nas câmaras e assembleias legislativas, fortalecendo iniciativas populares e revolucionárias, nos limites de suas ações, voltadas para a promoção da justiça social em diversas nuances. Portanto, tomamos como nosso objetivo geral a investigação do papel das hortas agroecológicas populares solidárias na promoção da segurança alimentar, organização popular e fortalecimento da agroecologia como ferramenta de transformação social. Como nossos objetivos específicos, temos: [1] Analisar o contexto e os princípios da Campanha Mãos Solidárias (CMS) e sua contribuição para a organização popular e a promoção da solidariedade ativa na região metropolitana de Recife; [2] Investigar as práticas e os resultados da horta urbana agroecológica solidária vinculada à CMS, com foco na experiência da horta da Vila Manchete em Olinda-PE; [3] Avaliar o impacto das hortas agroecológicas populares solidárias na segurança alimentar das comunidades envolvidas, considerando a diversidade de alimentos produzidos e o acesso das famílias aos alimentos saudáveis, e finalmente, [4] Investigar as perspectivas de sustentabilidade e autonomia das hortas agroecológicas populares solidárias, considerando sua capacidade de geração de renda e sua integração com outras iniciativas de produção e comercialização agroecológica na região. De modo a cumprir com nossas diretrizes de pesquisa, selecionamos a ocupação Vila Manchete, localizada no bairro de Ouro Preto, em Olinda, Pernambuco, inserida dentro do perímetro da Região Metropolitana de Recife - RMR, a partir do acompanhamento de uma experiência desenvolvida na comunidade e coordenada pela Campanha Mãos Solidárias - entidade ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desde setembro de 2022. Determinamos essa experiência como estudo de caso por perceber a participação dos sujeitos que colaboram na construção e manutenção da horta. Esse grupo atuante é composto pelas famílias moradoras da comunidade e recebem assistência técnica dos militantes da organização.

A pesquisa foi de cunho descritivo e abordagem qualitativa e buscou entender os mecanismos que moldam a realidade experimentada por certos grupos sociais, assim como analisar as práticas diárias, posturas e comportamentos que predominam nas interações com indivíduos que possuem características semelhantes, importantes para a pesquisa e análise da questão levantada, a saber: qual o papel desempenhado pelas hortas agroecológicas populares solidárias na promoção da segurança alimentar, na organização popular e no fortalecimento da agroecologia como ferramenta de transformação social.

Pensando em compreender melhor os efeitos e características organizativas desse tipo de atividade no território, entramos em diálogo com os dois grupos acima mencionados: as famílias envolvidas no processo de consolidação da horta comunitária moradoras da Vila Manchete bem como do corpo técnico que presta assessoria à experiência, membros da coordenação da Campanha Mãos Solidárias.

Quanto aos critérios utilizados para a composição dos grupos abordados, pensamos em assegurar que o mesmo tivesse características homogêneas – tratando-se do vínculo com a atividade por nós observada – mas apresentando variações - tratando-se da idade, escolaridade e condições socioeconômicas - para que a discussão permita a expressão de posições divergentes.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, baseamo-nos em Bernardete Angelina Gatti (2005), que com o seu livro “Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas” nos influenciou a tomar a técnica do grupo focal como a mais apropriada a ser utilizada como instrumento de investigação e observação do grupo de voluntários participantes no projeto.

De acordo com Powell e Single (1996, p. 449 *apud* Gatti 2005, p. 72), grupo focal pode ser definido como “Um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”.

Para tanto, desenvolvemos um questionário aberto, garantindo que as famílias entrevistadas se sentissem à vontade em compartilhar suas percepções de como a horta incidia sobre suas vidas nos mais diferentes aspectos, seja positiva ou negativamente. Ressaltamos ainda que respeitamos também a paridade de gênero em nosso grupo focal, também motivados pela construção de um espaço seguro e de rico detalhamento das experiências coletivas e pessoais assegurando a qualidade dos dados utilizados em nossa análise. O questionário encontra-se detalhado nos arquivos anexos ao fim deste trabalho.

Compreendemos que a análise grupal valoriza as divergências entre as percepções pessoais daquele grupo envolvido no processo de consolidação da horta naquele território, enriquecendo a qualidade das informações, naquele momento, compartilhadas. Assim ressaltam Morgan e Krueger (1993 *apud* Gatti 2005, p. 75), quando estabelecem que essa técnica de pesquisa visa compreender, por meio das interações nas discussões em grupo, diversos aspectos como conceitos, emoções, bem como atitudes e reações, de uma maneira que não poderia ser alcançada com métodos como entrevistas, questionários ou observações, reiterando ainda que a utilização de grupos focais possibilita a análise de oposições, contradições, variações e discrepâncias.

Quanto à técnica de coleta de dados direcionada ao grupo coordenador da experiência - um grupo mais reduzido numericamente -, elaboramos um roteiro de entrevista semiestruturada assegurando a qualidade de um diálogo flexível, porém alicerçado nas necessidades investigativas desse processo. O questionário destinado aos coordenadores do mãos solidárias encontram-se detalhado nos arquivos anexos ao fim deste trabalho.

O trabalho aqui apresentado foi construído pelo acompanhamento de um estudo de caso de modo que a base de dados coletadas foram divididas em três partes. A primeira foi coletada a partir do processo de participação de construção do trabalho desenvolvido na comunidade. A sistematização e documentação da experiência foram sendo coletadas no decorrer do percurso trilhado ao longo desses anos de atividades dentro da comunidade, desde o início da experiência, até as atividades regulares e corriqueiras da horta, após sua consolidação no território, ainda hoje por nós acompanhados. Para este momento utilizamos a técnica do diário de campo, os registros fotográficos e as relatorias das atividades desenvolvidas até o presente momento.

A segunda parte, partiu da realização de entrevistas com os sujeitos que contribuem nos processos organizativos da Campanha Mãos Solidárias no decorrer dos anos, resgatando sua trajetória de como ela iniciou até os dias de hoje, investigando a perspectiva de como a Horta Popular Solidária da Vila Manchete possa ter contribuído organização popular e promovido a transformação da realidade vivenciada naquela comunidade. Entrevistamos membros da coordenação da Campanha que prestaram assessoria técnica ao processo. Para os membros da CMS realizamos entrevistas semi estruturadas.

A terceira e última parte utilizou uma técnica não muito diferente da anterior. Desenvolvemos um roteiro de entrevista semi estrutura voltada para os sujeitos e

sujeitas que moram na comunidade e que estão nesse processo de organização e de cuidado da horta diariamente. Novamente pensamos em resgatar o histórico do processo, pontuando os fatos mais determinantes que aconteceram nesse período, tentando compreender como a parceria com a Campanha Mãos Solidárias possa ter contribuído para a consolidação da Horta Popular Solidária. Para essas famílias, coletamos os relatos a partir da técnica do grupo focal.

A análise dos dados coletados teve como foco uma análise qualitativa, partindo de como a Horta Popular Solidária tem contribuído com as famílias da comunidade, nos quesitos de organização popular, segurança alimentar e da transformação social, em uma comparação de como era realidade dessas famílias antes da parceria com a Campanha Mãos Solidárias e como é a realidade atualmente.

Ao fim da produção deste trabalho, chegamos a estrutura de um debate organizado em 3 capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Iniciativas de combate à fome no cenário pós-pandêmico: as hortas comunitárias urbanas e a solidariedade ativa na construção de territórios saudáveis e sustentáveis” apresentará o contexto socioeconômico da região metropolitana do Recife pós pandemia, articulando nossa questão de pesquisa a literatura especializada no tema, iluminando as categorias de análise da soberania alimentar (STÉDILE, 2011), da solidariedade ativa (MÉLLO, 2020) dos territórios saudáveis e sustentáveis (MACHADO, 2017).

O segundo capítulo, intitulado “Reforma agrária e agricultura urbana: a importância da atuação dos movimentos sociais no combate à fome nas periferias das grandes cidades” correlaciona a atuação dos movimentos sociais que vêm pautando o direito à alimentação saudável e a construção de outra relação campo-cidade nas periferias urbanas através da estratégia de organização popular das hortas de orientação agroecológicas.

O terceiro capítulo, intitulado “A experiência da Horta Popular Solidária da Vila Manchete, Olinda, Pernambuco” apresenta nosso objeto de estudo em profundidade e descreve todo o processo de consolidação da experiência até os dias atuais, ressaltando as perspectivas futuras de continuidade desse projeto de transformação.

Nossa trajetória investigativa, e participativa, nos levou a compreensão de que as iniciativas de organização popular através do uso da tecnologia social das hortas comunitárias urbanas, de orientação agroecológica, se confirmam como um acerto estratégico da parceria florescida entre os movimentos sociais do campo e as comunidades periféricas urbanas. A partir do acompanhamento dessa experiência em particular, averiguamos um processo de criação de consciência crítica acerca da realidade vivenciada pelos menos favorecidos, principalmente no debate sobre o acesso

à alimentação saudável como um direito que deve ser garantido a todos, no campo e na cidade. A orientação agroecológica se mostrou fundamental nesse processo por ter sido abordada com muito cuidado pela Campanha Mãos Solidárias em uma perspectiva ampliada, que versa não somente a produção e o manejo da agricultura de subsistência verdadeiramente compadecida pela sustentabilidade do meio ambiente, mas justamente por resgatar a justiça social e a construção de relações de trabalho e produção justas e igualitárias, em termos de gênero, raça e classe. A Vila Manche concretamente nos mostra que a agroecologia não se limita a uma ciência, mas uma prática de vida, sempre em movimento, na luta por um planeta melhor.

CAPÍTULO 1 - Iniciativas de combate à fome no cenário pós-pandêmico: as hortas comunitárias urbanas e a solidariedade ativa na construção de territórios saudáveis e sustentáveis

Neste capítulo inicial, em que contextualizamos mais profundamente nossa questão de pesquisa articulada a revisão da literatura sobre o tema, bordou-se os conceitos de soberania alimentar; tecnologia social; solidariedade ativa e territórios saudáveis e sustentáveis, que dialogam e atualizam as ações dos movimentos sociais no combate à fome desveladas durante a pandemia enquanto formas de ampliar a capacidade de resposta da população ao vírus, levando em conta a falta de resposta governamental eficiente para o controle desta.

Diante dos eventos gerados pela COVID-19, surgiram e ainda persistem os impactos negativos na dimensão da nossa sociabilidade comunitária, convivência e troca de relações. Esses efeitos também foram sentidos no dia a dia das organizações populares nas periferias, que desenvolveram tecnologias sociais para lidar com diversas formas de vulnerabilidade.

O panorama que aqui pretende-se explicar é imprescindível para substanciar nossa discussão por correlacionar muito bem os temas da fome e do florescimento de um novo processo de organização popular protagonizados pelas periferias urbanas e pela ação dos movimentos sociais do campo e da cidade.

Nessa seção, buscamos investigar os processos de luta e organização popular, agenciados pela ação de movimentos sociais, e suas interconexões entre o acionamento de tecnologias sociais para a superação da crise multifacetada da pandemia, observadas pelo ângulo das hortas comunitárias urbanas de orientação agroecológica encontradas na região metropolitana do Recife.

1.1. Pobreza e desigualdade social na Região Metropolitana do Recife pós covid. O retorno ao mapa da fome.

A COVID-19 causou sérios danos no Brasil, em sua economia e no seu povo. Com cerca de 37.789.040 de casos confirmados, o país foi o mais afetado pela pandemia na América Latina e no Caribe, além de ter sido o terceiro mais impactado no mundo, segundo demonstra o Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde em plataforma desenvolvida pela Secretaria de Vigilância em Ambiente e Saúde (SVSA) do Ministério da Saúde (MS)².

² Os dados mencionados são atualizados diariamente e podem ser acessados através do endereço: <https://covid.saude.gov.br/>

A pandemia de COVID-19 trouxe um impacto socioeconômico devastador para todo o Brasil, e no estado de Pernambuco, especialmente na região metropolitana do Recife, as consequências foram ainda mais visíveis. O aumento das desigualdades sociais, a perda de empregos e o enfraquecimento das políticas públicas de proteção social evidenciaram um cenário de empobrecimento generalizado e intensificação das dificuldades para as populações mais vulneráveis.

Em Pernambuco, mas não somente, a crise sanitária afetou gravemente o mercado de trabalho, já que a primeira recomendação que tivemos sobre o risco de contaminação foi orientado o isolamento social. Com o fechamento de comércios e empresas, muitos trabalhadores informais, que representam uma parte significativa da força de trabalho local, ficaram sem fontes de renda, o que provocou um aumento no empobrecimento das famílias pernambucanas. A queda na atividade econômica afetou, principalmente, os setores de serviços e comércio, onde grande parte da população encontra sustento.

Além disso, a crise econômica gerada pela pandemia resultou em um aumento significativo da população em situação de rua na capital pernambucana. O Recife, que já enfrentava desafios relacionados à exclusão social, viu o número de pessoas vivendo nas ruas disparar durante e após o auge da pandemia. O Censo da População de Rua, realizado pelo Instituto Menino Miguel, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em parceria com a prefeitura do Recife aponta que houve um crescimento de cerca de 30% na quantidade de pessoas em situação de rua na cidade, sendo que a falta de políticas públicas adequadas de acolhimento e assistência emergencial, agravada pelo distanciamento social, dificultou a efetiva reintegração dessas pessoas fazendo que elas se amontoassem nas praças e marquises no centro da cidade (MIRANDA *et al.*, 2023).

O aumento da pobreza e da exclusão social também gerou uma crise alimentar grave. A fome tornou-se uma realidade para milhares de famílias, especialmente aquelas que já enfrentavam dificuldades antes da pandemia. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), cerca de 20% da população de Pernambuco enfrentava algum nível de insegurança alimentar em 2020, um número que só aumentou com o agravamento da crise. Na região metropolitana do Recife, a falta de alimentos adequados tornou-se mais visível, com o aumento das filas em entidades de assistência e a procura por cestas básicas e refeições gratuitas em organizações da sociedade civil PERES; STEVANIM; LAVOR, 2021).

Em resposta a esse cenário, diversas iniciativas de solidariedade surgiram, com movimentos sociais e ONGs promovendo a distribuição de alimentos e auxílio emergencial. No entanto, o impacto da pandemia em Pernambuco, especialmente na região metropolitana do Recife, evidenciou a necessidade urgente de políticas públicas mais efetivas para combater a fome, a pobreza e a exclusão social, além de garantir o acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia. A sociedade enfrenta agora um processo de reconstrução de sua economia e de suas redes de proteção social, com desafios significativos para superar o legado da crise gerada pela pandemia.

Nosso campo disciplinar nos influencia a interpretar esse contexto socioeconômico pelo ângulo da questão agrária brasileira, que manipula muito bem os recortes de classe e o projeto desenvolvimentista nacional sequestrado pelo agronegócio. De acordo com Stedile e Carvalho (2010) a importância da soberania alimentar como um direito fundamental dos povos para garantir o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, de forma sustentável e justa. Esse texto esclarece bem que a soberania alimentar vai além da segurança alimentar, pois envolve o direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas e alimentares, sem imposição de interesses externos ou corporativos.

Os autores criticam o modelo agroindustrial global, que é responsável por concentrar a produção de alimentos nas mãos de grandes corporações, prejudicando pequenos produtores e causando impactos negativos ao meio ambiente, argumentando que a soberania alimentar deve ser construída com base na agroecologia, nas práticas locais de cultivo e no fortalecimento da agricultura familiar, garantindo uma produção que respeite as tradições culturais e as necessidades das comunidades.

Stedile e Carvalho (2011) também destacam a necessidade de um movimento internacional e não apenas local para a promoção da soberania alimentar, que combata a exploração das grandes empresas e defenda o acesso equitativo à terra, ao conhecimento e aos recursos naturais. A proposta é garantir que a alimentação seja tratada como um direito humano básico e que as comunidades tenham controle sobre sua produção e distribuição.

Em concordância com o que versam o economista e o agrônomo de grande renome no circuito científico nacional, entendemos que a soberania alimentar pode se tornar uma pauta de luta que reorganize a coalizão de forças das classes populares como uma ferramenta essencial para a luta por justiça social, econômica e ambiental, por enfatizar que os povos devem ser protagonistas na construção e gestão de seus próprios territórios.

1.2. Tecnologias sociais para o enfrentamento da vulnerabilidade periférica

As tecnologias sociais têm emergido como ferramentas essenciais para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, especialmente nas periferias urbanas. Elas consistem em práticas, métodos ou soluções que buscam resolver problemas coletivos e promover a inclusão social, utilizando recursos acessíveis e de baixo custo. Essas tecnologias são desenvolvidas com a participação ativa das comunidades e têm como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, ampliando suas oportunidades de acesso a direitos e recursos (DAGNINO, 2010).

Nas periferias urbanas, que historicamente enfrentam desafios como a falta de infraestrutura, acesso precário a serviços públicos, desemprego e exclusão social, as tecnologias sociais se apresentam como um caminho para promover a autonomia e a transformação social. Em muitos casos, essas tecnologias surgem como alternativas às políticas públicas convencionais, atendendo a demandas imediatas da comunidade e, ao mesmo tempo, propondo soluções sustentáveis e adaptáveis à realidade local.

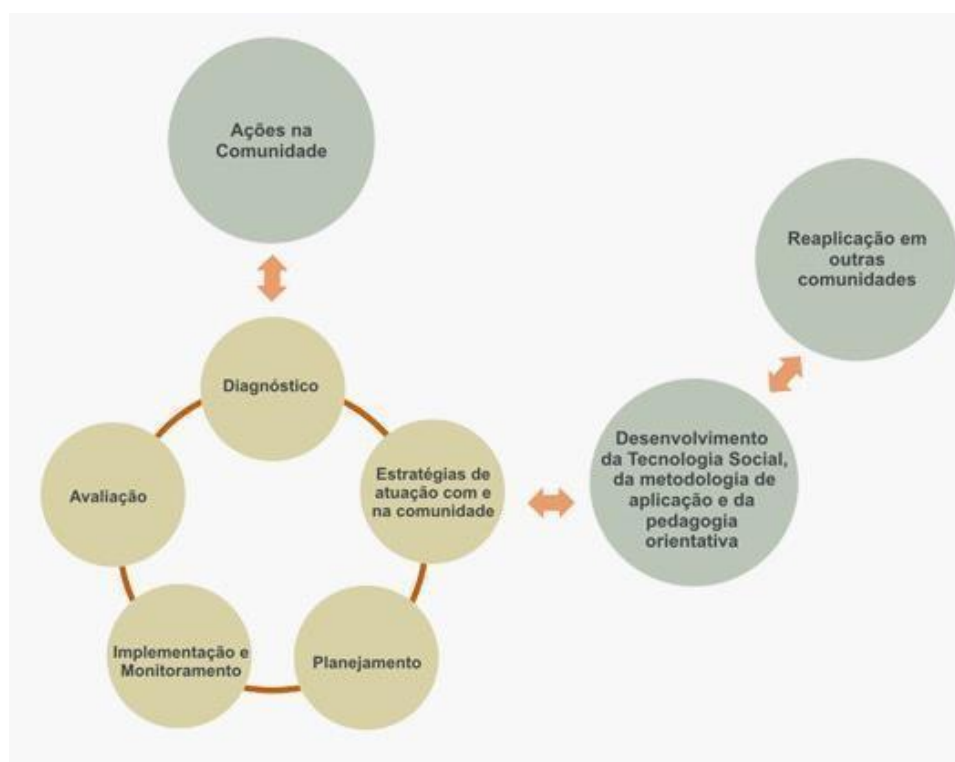
Um exemplo de tecnologia social que tem mostrado grande impacto no enfrentamento da vulnerabilidade nas periferias é o uso de tecnologias digitais e de comunicação para fomentar a educação e o acesso à informação. A educação popular, por meio de plataformas online e redes comunitárias de comunicação, tem permitido que moradores de favelas e periferias urbanas superem barreiras relacionadas ao acesso à educação formal. Em muitas comunidades, cursos de capacitação e formação profissional são oferecidos por meio de plataformas digitais, permitindo que pessoas em situação de vulnerabilidade adquiram habilidades que aumentem suas chances no mercado de trabalho.

As tecnologias sociais, no contexto das periferias brasileiras, são práticas e saberes coletivos que buscam transformar realidades locais, a partir da participação ativa das comunidades. Essas tecnologias não se limitam a dispositivos ou ferramentas tecnológicas, mas envolvem processos educativos e organizativos que favorecem a autonomia das populações em situação de vulnerabilidade. Movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Via Campesina e as redes de economia solidária, têm se mobilizado para implementar soluções tecnológicas simples, de baixo custo e de fácil aplicação, como as hortas comunitárias e os sistemas de tratamento de água, com o objetivo de superar as condições de precariedade. O processo de inovação nas periferias, muitas vezes impulsionado por organizações populares, reflete uma verdadeira resistência ao modelo de exclusão social imposto pela falta de políticas públicas adequadas. Essas iniciativas não apenas atendem à demanda por acesso a serviços básicos, mas fortalecem a capacidade de organização e mobilização das comunidades periféricas, criando um ciclo virtuoso de inclusão e transformação social." (INSTITUTO KAIROS, 2022, n.p.).

Esta citação ilustra como as tecnologias sociais são uma resposta às necessidades concretas das populações periféricas e como os movimentos sociais têm utilizado esses recursos para promover a justiça social e a autonomia das comunidades.

A figura 1. Mostarda abaixo ilustra como funcionam as tecnologias sociais dentro das comunidades das ações e os planejamentos dessas tecnologias.

Figura 1: Esquema explicativo do funcionamento das tecnologias sociais



Fonte: Instituto Kairos. Disponível em: <http://institutokairos.org.br/tecnologiasociais>

Quanto ao campo da produção e da sustentabilidade, as TS têm sido fundamentais para fortalecer a economia local. Muitas iniciativas buscam promover a agricultura urbana, com hortas comunitárias e sistemas de cultivo de alimentos em pequenos espaços urbanos. Essas iniciativas não apenas combatem a insegurança alimentar, mas também criam espaços de convivência, fortalecendo a coesão social e oferecendo uma alternativa ao desemprego e à falta de oportunidades. Em algumas regiões, é possível observar a utilização de tecnologias simples, como o uso de água da chuva e compostagem, para tornar a produção de alimentos mais sustentável e de baixo custo.

A criação de redes de economia solidária é outra tecnologia social presente nas periferias, visando a construção de uma economia mais justa e colaborativa. Através

dessas redes, as comunidades se organizam para promover a troca e a comercialização de produtos e serviços entre seus membros, sem a intermediação de grandes corporações. Essas iniciativas fortalecem a economia local, gerando emprego e renda, e ao mesmo tempo estimulam o empoderamento das populações mais pobres (DAGNINO, 2010).

As tecnologias sociais também desempenham um papel fundamental na promoção da saúde nas periferias. Programas de cuidado à saúde comunitária, como as iniciativas de atenção primária à saúde por meio de agentes comunitários de saúde, utilizam o conhecimento local para promover a prevenção e o cuidado, levando serviços médicos e informações de saúde a áreas marginalizadas. Além disso, ações de conscientização sobre doenças e promoção da saúde, muitas vezes realizadas de forma coletiva, ajudam a reduzir as desigualdades no acesso a cuidados médicos, algo que será bastante explorado no capítulo seguinte.

Percebemos que a participação ativa da comunidade é um aspecto central das tecnologias sociais, pois elas se baseiam na ideia de que a solução para os problemas das periferias deve vir de dentro da própria comunidade. A colaboração entre moradores, organizações não governamentais, universidades e governos locais é fundamental para que as tecnologias sociais se adaptem às especificidades de cada região, garantindo a eficácia e sustentabilidade das iniciativas.

As tecnologias sociais e a solidariedade ativa estão profundamente interligadas, pois ambas buscam, de maneira prática e colaborativa, a transformação social e a redução das desigualdades. As tecnologias sociais, ao promoverem soluções simples e de baixo custo para problemas coletivos, têm um caráter essencialmente inclusivo e participativo, envolvendo as próprias comunidades na criação e implementação de soluções. A solidariedade ativa, por sua vez, é a prática de apoio mútuo, onde indivíduos e grupos se mobilizam de forma consciente para ajudar aqueles que estão em situação de vulnerabilidade. Essa solidariedade não se limita à doação, mas se expressa em ações concretas de apoio e construção coletiva. Quando aliadas, às tecnologias sociais e a solidariedade ativa potencializam as iniciativas comunitárias, oferecendo recursos e métodos para que as populações mais pobres e marginalizadas possam se organizar, encontrar soluções para seus problemas e conquistar autonomia. Juntas, essas abordagens fomentam uma rede de apoio que fortalece a coesão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e resiliente.

O panorama exposto nos leva a concluir que as tecnologias sociais têm se mostrado um poderoso instrumento para o enfrentamento da vulnerabilidade periférica, criando soluções práticas, acessíveis e sustentáveis que contribuem para a melhoria

das condições de vida e a promoção da cidadania nas periferias urbanas. Essas soluções demonstram a importância da inovação social, da solidariedade e da participação comunitária no enfrentamento das desigualdades estruturais, proporcionando um caminho para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O conceito de solidariedade ativa refere-se a uma forma de ação em que as pessoas não apenas sentem compaixão ou empatia por aqueles que estão em situação de vulnerabilidade, mas também tomam atitudes concretas para ajudar e apoiar de maneira prática e engajada. Ao contrário da solidariedade passiva, que se limita a um sentimento de apoio ou de vontade de ajudar sem necessariamente agir, a solidariedade ativa envolve uma participação direta e efetiva na busca de soluções para os problemas enfrentados por outros (MÉLLO *et al.*, 2020).

A força retórica desse conceito está relacionada à ideia de que a solidariedade não deve ser apenas uma expressão de sentimentos, mas uma prática que contribui para a transformação social, com ações que busquem aliviar as dificuldades dos outros e promover a justiça e o bem-estar coletivo. Exemplos de solidariedade ativa incluem o voluntariado, a participação em campanhas de arrecadação de recursos ou apoio direto a iniciativas comunitárias e sociais.

Ressalta-se que nosso entendimento sobre o conceito de solidariedade ativa converge com (MELLO *et al.*, 2020) quando definem este como um processo de transformação social posto em marcha pelo povo, quando este é sujeito coletivo e ativo na luta e conquista de direitos trabalhado com base no acompanhamento e participação das ações da Campanha Mãos Solidárias incidente em diversas comunidades distintas da região metropolitana do Recife, como mais adiante detalharemos. O que pudemos acompanhar pela nossa agenda de pesquisa é o surgimento de uma nova forma de organização popular, ativamente atuante em ações que promovem o bem-estar social e ajudam a melhorar as condições de vida daqueles que necessitam, florescendo e multiplicando exemplos de luta.

1.3. As hortas comunitárias urbanas de orientação agroecológica na promoção de territórios saudáveis e sustentáveis

As hortas comunitárias urbanas têm se destacado como espaços de resistência, transformação e promoção de práticas sustentáveis nas cidades contemporâneas. Em um contexto de crescente urbanização desordenada e desafios ambientais acentuados pelas mudanças climáticas, essas iniciativas oferecem soluções concretas para a

melhoria da qualidade de vida nas periferias, ao mesmo tempo em que buscam resgatar saberes e práticas agroecológicas que priorizam a saúde do solo, das plantas, das comunidades e dos territórios.

As experiências de criação de hortas comunitárias urbanas de orientação agroecológica são um modelo que se afasta da agricultura convencional, adotando princípios como o respeito à biodiversidade, o uso de insumos naturais, a valorização do conhecimento local e a integração das atividades agrícolas com a vida urbana. Este modelo propõe uma nova maneira de pensar o espaço urbano, onde a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos vai além da simples produção agrícola, tornando-se uma ferramenta de empoderamento comunitário e de promoção de territórios mais justos e democráticos.

Nas comunidades urbanas, as hortas agroecológicas desempenham um papel essencial na promoção da saúde coletiva. Elas fornecem alimentos frescos e nutritivos, contribuem para a redução de doenças relacionadas à alimentação e incentivam práticas de consumo consciente, incidindo com bastante objetividade na criação de uma outra cultura alimentar, sempre crítica à realidade que nos é imposta. Notamos que comunidades que exercitam esse tipo de projeto apresentaram um acúmulo interessante na pauta do direito à alimentação, promovendo reflexões politizadas sobre o preço dos alimentos, a qualidade destes, a sua origem num país que privilegia um modelo de monocultura agroexportadora em grandes latifúndios.

Percebemos ao longo do desenvolvimento deste trabalho que os exemplos de iniciativas de construção de hortas comunitárias têm se multiplicado nas comunidades de interesse social das grandes cidades brasileiras. Essas hortas funcionam como espaços educativos, de convivência e de construção de uma nova sociabilidade guiada pelo sentido de ser coletivo e participativo, onde os moradores voluntários compartilham saberes, fortalecem vínculos sociais e desenvolvem uma maior conexão com o meio ambiente e com o território.

Outro aspecto fundamental das hortas comunitárias urbanas de orientação agroecológica é a sua contribuição para o debate da sustentabilidade ambiental e das mudanças climáticas. Muitas das comunidades que desenvolvem esse tipo de ação são as que mais sofrem com os efeitos do clima, desde o enfrentamento de ondas de calor, alagamentos, deslizamentos, exposição a vetores de doenças pela ineficiência do manejo do lixo, até a insegurança hídrica. O caso da região metropolitana do Recife se apresenta nesse cenário. Ao utilizar técnicas que respeitam os ciclos naturais, eliminam o uso de agrotóxicos e buscam a conservação da água e do solo, essas práticas acabam por contribuir para a regeneração de micro ecossistemas urbanos, combatendo a

degradação ambiental e promovendo a resiliência dos espaços urbanos frente às mudanças climáticas.

Acreditamos que a iniciativa de estruturação de hortas urbanas comunitárias de orientação agroecológica dialoga muito bem com o debate sobre os territórios saudáveis e sustentáveis (TSS) no âmbito da governança territorial. Vejamos, o conceito de territórios saudáveis e sustentáveis, trabalhado por Machado (2017), refere-se a espaços geográficos planejados e organizados de maneira que promovam o bem-estar das pessoas, respeitem os limites ecológicos e busquem a harmonia entre as necessidades sociais, econômicas e ambientais. Esses territórios buscam garantir uma qualidade de vida saudável para seus habitantes e, ao mesmo tempo, assegurar a preservação ambiental e a justiça social para as gerações futuras.

Suas principais características são, a saber: [1] a adoção da diretriz da vigilância em saúde coletiva e no bem estar daquele território, isto é, um território saudável e sustentável proporciona condições de vida adequadas, como acesso a serviços de saúde, saneamento básico, alimentação saudável e espaços públicos de qualidade (parques, áreas de lazer). A saúde dos habitantes é uma prioridade, incluindo a prevenção de doenças e a promoção de estilos de vida saudáveis; [2] A sustentabilidade é tomada como um princípio central. Isso implica o uso responsável dos recursos naturais, a preservação dos ecossistemas, a redução da poluição, e o incentivo à reciclagem, ao uso de energias renováveis e à construção de infraestruturas ecológicas, como a criação de áreas verdes urbanas; [3] A criação de um território saudável e sustentável envolve a participação ativa da comunidade no planejamento e na gestão local. Isso significa garantir que todos os moradores da comunidade, tenham voz nas decisões e acessem as oportunidades de desenvolvimento social e econômico usufruindo dos ganhos do projeto, no caso das hortas, a própria produção e comercialização dessa produção; [4] O verdadeiro TSS busca discutir e pôr em prática um desenvolvimento econômico que não esgote os recursos naturais nem agrave desigualdades sociais. Isso envolve a criação de empregos sustentáveis, o apoio a instituições locais que respeitam as práticas ecológicas e a promoção de um modelo econômico mais justo e equitativo; e finalmente, [5] Territórios saudáveis e sustentáveis devem ser resilientes, ou seja, capazes de se adaptar às mudanças climáticas e outros desafios ambientais, como desastres naturais, por meio de planejamento urbano inteligente e políticas públicas que minimizem os impactos negativos (MACHADO, 2017).

Em resumo, as experiências de consolidação de hortas comunitárias de orientação agroecológica nas periferias urbanas se mostram ser experiências exitosas

para a construção de territórios saudáveis e sustentáveis pelos próprios agentes comunitários, os moradores das comunidades, pois as iniciativas conseguem bem equilibrar as necessidades mais urgentes do território debatendo a preservação do meio ambiente, promovendo uma qualidade de vida saudável e assegurando um futuro melhor para todos pelo engajamento na luta coletiva.

Portanto, as hortas comunitárias urbanas orientadas pela agroecologia não apenas promovem a alimentação saudável, mas também estimulam a participação ativa das comunidades na construção de territórios mais saudáveis, resilientes e sustentáveis. Elas são, sem dúvida, um exemplo de como a união entre os saberes tradicionais e as necessidades do mundo contemporâneo pode criar soluções inovadoras para os desafios urbanos, contribuindo para um futuro mais equilibrado e justo para todos.

CAPÍTULO 2 - Reforma agrária e agricultura urbana. A importância da atuação dos movimentos sociais no combate à fome nas periferias das grandes cidades

Essa seção discorre sobre a atuação e articulação dos movimentos sociais, do campo e da cidade, em uma cooperação vanguardista que vêm pautando o direito à alimentação saudável e a construção de outra relação campo-cidade nas periferias urbanas utilizando-se da estratégia de organização popular a partir da criação das hortas comunitárias urbanas de orientação agroecológicas, entre outras frentes de ação nas comunidades precárias da região metropolitana do Recife.

2.1. A Campanha Mãos Solidárias

Durante a pandemia de COVID-19, a Campanha Mãos Solidárias emergiu como uma iniciativa crucial para enfrentar as dificuldades que atingiram milhões de famílias em situação de vulnerabilidade. Com a crise sanitária, o isolamento social e o fechamento de muitos negócios, as pessoas em situação de rua que não tinham para onde ir ficaram sem nenhum suporte, gerando um agravamento na insegurança alimentar e na necessidade de itens básicos. Nesse contexto, a Mãos Solidárias inicia suas ações em 17 de março de 2020 como uma resposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e outros movimentos do campo e da cidade como uma iniciativa para ajudar as pessoas em situação de rua que estavam à mercê da negligência do Estado causada pela crise sanitária da pandemia da covid 19. O contexto pandêmico já fora bastante mencionado neste trabalho por ter sido determinante para a consolidação da coalizão de forças alinhadas pela necessidade de se enfrentar os efeitos desastrosos da crise, entretanto, ainda cabe resgatar o relato de (SILVA *et al.*, 2024, p.2)

Diante da necropolítica executada pelo Estado, os movimentos sociais do campo e da cidade prontamente desenvolveram ações que fossem capazes de mitigar os efeitos da crise, sobretudo em populações mais vulneráveis. Diversas organizações juntaram-se na construção da campanha “Periferia Viva” e “Mãos Solidárias”, com o objetivo de desenvolver territórios saudáveis diante da crise sanitária.

Com o aumento da desigualdade e o agravamento das condições de vida de muitas comunidades, a iniciativa nasceu para mobilizar a sociedade em torno de um objetivo comum: oferecer apoio direto a quem mais precisa de alimentação.

A campanha começou fazendo marmitas para as pessoas que moravam na rua, a população incontestavelmente mais exposta e negligenciada naquele momento. e reuniu esforços de voluntários, empresas e pessoas comuns, que se engajaram em

arrecadar alimentos, produtos de higiene, máscaras, álcool em gel e até roupas e cobertores para enfrentar o inverno. Por meio de doações online, a Campanha Mãos Solidárias conseguiu atender milhares de pessoas em diversas comunidades do Recife e região metropolitana, especialmente em comunidades mais afetadas pela falta de infraestrutura e suporte social.

A gravidade da situação forjou um vínculo de solidariedade no Recife - local onde a iniciativa teve mais expressividade - para apoiar a população mais vulnerável à pandemia do coronavírus: pessoas em situação de rua. Organizações da Frente Brasil Popular - como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD) a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sindicatos, partidos políticos, a Arquidiocese de Olinda e Recife e ONGs - se uniram para criar uma campanha com o objetivo de alimentar aqueles que, durante a covid-19, enfrentam a fome (BARROS, 2020).

A figura dois ilustra abaixo retrata a logo da campanha no início ainda chamada de marmita solidária, era usada na campanha para a arrecadação de alimentos e para convidar voluntários que se identificavam com a causa.

Figura 2: Primeira iniciativa da Campanha ainda chamada “Marmita Solidária”. Publicação na rede social Instagram para a convocação de doações e voluntariado



Fonte: Página oficial do Armazém do Campo do Recife

O Armazém do Campo, localizado no bairro de Santo Antônio, no centro da cidade, tornou-se, já a partir do dia 25 de março de 2020, um ponto de arrecadação, preparo e distribuição de alimentos. Segundo Paulo Mansan, coordenador da Campanha Mãos Solidárias e membro da direção do MST em Pernambuco, os grupos envolvidos planejam distribuir mais de 600 marmitas por dia para a população em situação de rua, tanto no café da manhã quanto no almoço e jantar (BARROS, 2020).

Assim sendo a imagem abaixo retrata a distribuição de alimentos no armazém do campo, alimento esse que era destinado aos bancos de alimentos nas comunidades da RMR.

Figura 3: Doações no Armazém do Campo destinadas aos Bancos Populares de Alimentos, da Região Metropolitana do Recife

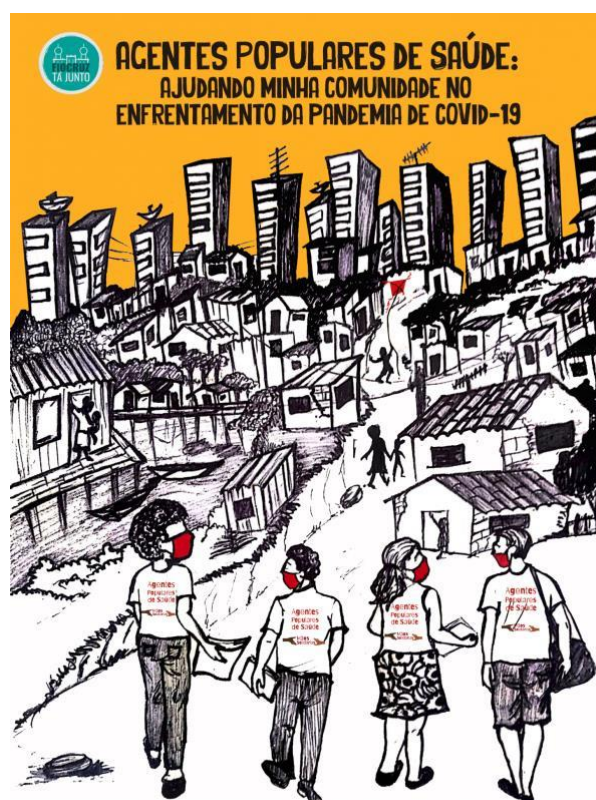


Fonte: Acervo: Mãos Solidárias (PE), 2021.

A coordenação da Campanha logo percebeu que não eram só as pessoas em situação de rua que estavam sofrendo com a Covid-19, diante da disseminação de informações falsas sobre o vírus propagada pelo então presidente da república Jair Bolsonaro, foi necessário se pensar numa resposta mais radical e incisiva. Foi então que a Campanha Mãos Solidárias e o MST em parceria com FIOCRUZ-PE e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) criaram o curso de Agentes Populares de Saúde como uma nova etapa do processo de mobilização, articulação e formação para implementação da Vigilância Popular em Saúde no enfrentamento da COVID 19 nas comunidades de interesse social do Recife e região metropolitana. Com o duplo objetivo de conter o número de infectados e vítimas do vírus e do desgoverno e ainda formar agentes multiplicadores comprometidos a ajudar a sua própria comunidade. Vemos aqui

mais um processo que estimula a participação popular e a solidariedade ativa nos territórios. Para essas formações foram criados materiais de formação assim sendo mostrado na figura 4 a cartilha dos agentes populares de saúde que auxiliava nas formações desses agentes.

Figura 4: Cartilha formativa elaborada pelo MST, Mãos Solidárias e Fiocruz



Fonte: Biblioteca Solidariedade Sem Terra do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/download/cartilha-agentes-populares-de-saude-ajudando-a-minhacomunidade-no-enfrentamento-da-pandemia-de-covid-19/>

A partir do curso de Agentes Populares de Saúde e o levantamento feito pelos formandos, foi identificado que boa parte das famílias das comunidades estavam passando por situação de insegurança alimentar. Pensando em ampliar o repertório de ações concebidas no contexto da educação popular, criadas com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta à pandemia atual e seus impactos, especialmente em áreas com infraestrutura limitada e com populações em situação de vulnerabilidade social, foi criado os Bancos Populares de Alimentos para levar doações da produção de alimentos agroecológicos de assentados e acampados pela reforma agrária organizados pelo MST para essas famílias.

A CMS estabeleceu relação com setores campestinos por meio dos roçados solidários, plantio nas áreas destinadas à doação solidária aos

Bancos Populares de Alimentos e de aprendizagem sobre Sistemas Agroflorestais e produção agroecológica de alimentos saudáveis, na luta por reforma agrária popular. (Silva *et al.*, 2024, p.12)

Essa iniciativa foi fundamental no processo de organização popular das comunidades. As frentes de ação coordenadas pela Campanha Mãos Solidárias se mostraram ser não apenas um louvável gesto humanitário mas também um eficaz instrumento de sensibilização e socialização da pauta mais imediata de luta do MST: a reforma agrária popular, mostrando as implicações da questão agrária brasileira, conformadora de nossa condição social, para o trabalhador urbano, que passa fome num país de dimensão continental agroexportador. Com o amadurecimento da Campanha, logo foi percebido que seria necessário ir ainda mais além. Utilizando-se da rede de relações solidárias construídas nos territórios da RMR, foram iniciados dois novos projetos, a saber: as Hortas Populares Solidárias Agroecológicas e os Roçados Solidários, ainda no ano de 2021. Sendo retratado na figura 5 o roçado solidaria que acontece no assentamento che Guevara onde voluntários da cidade vai ao assentamento com intuito de produzir alimentos para serem doados.

Figura 5: Roçado Solidário leva voluntários da Campanha Mãos Solidárias a trabalhar a terra em áreas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária



Fonte: Acervo da Campanha Mãos Solidárias. Disponível em:
<https://mst.org.br/2022/07/18/roçado-solidario-iniciativa-une-o-campo-e-a-cidade-emnome-da-solidariedade/>

Articular as ações de solidariedade aos cursos formativos (Agentes populares de comunicação; agentes populares de saúde; agentes populares de alimentação...) faz com que a comunidade se enxergue como protagonista e dona do próprio destino, tornando-se uma agente de ação para as demandas existentes na sua localidade além de se colocar como um multiplicador de conhecimento, por compartilhar a formação política, levando a um estágio de crescimento de um pensamento crítico sobre a realidade entendendo muito bem qual seu papel na sociedade e na transformação desta.

As hortas e os roçados solidários desempenharam um papel crucial no processo de educação popular, pois possibilitaram o diálogo sobre alimentação saudável, a valorização da agricultura familiar e a realidade do campo. Compreender como a alimentação chega à mesa cria uma relação diferente entre o campo e a cidade e, além disso, contribui para que as comunidades se auto-organizem em busca de melhorias e autonomia local. Explano na imagem 6 sobre um dia no roçado solidário com voluntários recebendo instruções no momento de trabalho

Figura 6: grupo de voluntários recebendo instruções de um camponês sobre o manejo de hortas agroecológicas no Roçado Solidário



Fonte: Acervo do autor

Os Roçados Solidários com uma frente de ação da Campanha Mãos Solidárias possibilitou um contato mais de perto com os agricultores e um contato direto com as

áreas de assentamentos do MST. Essa atividade fez com que e as pessoas tivessem mais contato com a terra e a questão agrária, sendo imprescindível para disputar a batalha das ideias e reformular a imagem que mídia atribui a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como violentos ladrões de terra alheia. O projeto tem se mostrado eficaz em travar uma disputa ideológica sobre a alimentação saudável, sobre a origem e produção dos alimentos, sobre a disparidade de desenvolvimento no campo e na cidade, sobre pobreza e a fome, sobre a vigilância coletiva na saúde e sobre a preservação do meio ambiente, tudo isso sendo trabalhado pelo método da agroecologia, em concordância com o que versa CAPORAL e COSTABEBER (2004) quando esclarecem que a agricultura sustentável busca equilibrar a produção agrícola e a preservação ambiental, promovendo práticas que minimizem os impactos ambientais e garantam a viabilidade econômica das atividades rurais. Essa pauta para as pessoas da cidade principalmente para quem mora nas áreas mais abastadas normalmente não chega e a CMS que pensa a partir da soberania alimentar não poderia deixar e facilitar esse diálogo nos territórios da RMR em que tem incidência.

2.2. A insegurança alimentar como pauta protagonista da agenda de lutas para a atualidade

A insegurança alimentar é uma realidade preocupante que afeta milhões de lares no Brasil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Em um país com vastos contrastes econômicos e regionais, muitas famílias enfrentam dificuldades para garantir o acesso regular a alimentos de qualidade, o que compromete não apenas a saúde física, mas também o desenvolvimento social e econômico de seus membros. A crise alimentar no Brasil tem se intensificado nos últimos anos, exacerbada por fatores como o desemprego, a alta dos preços dos alimentos e a falta de políticas públicas eficazes para o combate à fome. Essa situação tem afetado particularmente as populações em áreas periféricas, rurais e urbanas de baixa renda, onde a escassez de recursos limita o acesso a alimentos saudáveis e suficientes para atender às necessidades básicas. Assim, a insegurança alimentar se configura como um desafio urgente a ser enfrentado, exigindo ações coletivas e políticas públicas que promovam a equidade e o direito à alimentação adequada para todos.

De forma geral, a insegurança alimentar acontece quando as pessoas não têm acesso regular e permanente à alimentação, em quantidade e qualidade suficientes para sua sobrevivência. Em 2020, segundo a pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), do 2º Inquérito

Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, foram identificados que cerca de 19,1 milhões de pessoas estão passando fome — o que equivale a 9% dos brasileiros. Já em 2021, atingindo número alarmante de 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer diariamente³ (REDE PENSSAN, 2021).

A insegurança alimentar tem níveis que vão desde a ausência do alimento como também a qualidade nutricional deste alimento, sendo mais grave quando atinge crianças e idosos, uma vez que é mais difícil a reversão do quadro neste casos. A insegurança alimentar envolve, dentre alguns elementos, a quantidade e qualidade de alimentos que se come. Sem o acesso pleno e permanente a alimentos saudáveis, a população descreve está passando por “uma sensação que vai do medo de não ter o que comer à fome de fato” (Peres *et al.*, 2021, p.11).

Insegurança alimentar e fome são conceitos que podem parecer ser a mesma coisa, mas são diferentes, conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a insegurança alimentar considera não só a quantidade de alimentos mais também a qualidade, além das causas para essa incerteza no disponível para comer, diferente da fome, que envolve o desconforto físico ou dor causada pela insuficiência de energia alimentar. Se a fome tiver causas sociais e estruturais, encontra-se em níveis de insegurança alimentar.

Conforme a FAO, existem quatro tipos, categorias, de insegurança alimentar: moderada, grave, crônica e aguda. A moderada é quando a capacidade de conseguir o alimento é prejudicada por fatores como renda, por este motivo, podem diminuir a quantidade e qualidade do alimento ingeridos, na insegurança alimentar grave as pessoas não conseguem acessar o alimento, não tem comida, passando um tempo ou dias sem se alimentar. A crônica é quando persiste ao longo do tempo, a incerteza no acesso à refeição relacionada a causas estruturais da sociedade como o alto preço dos alimentos. A insegurança alimentar aguda é estabelecida em nível que a falta de alimentação ameaça a vida e o desenvolvimento do indivíduo, independente da causa ou duração, exemplo a desnutrição.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil já foi destaque nos esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza, saiu do mapa da fome em 2014, com desenvolvimento de programas, políticas, processos de transferência de renda e acesso a bens e ampliação do consumo.

³ Pesquisa é realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), com execução do Instituto Vox Populi, e tem apoio e parceria de Ação da Cidadania, ActionAid, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Sesc São Paulo

Destaque para o Programa Bolsa Família e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), recentemente relançado pelo governo Lula no início do ano de 2023 em Recife, Pernambuco.

A desigualdade entre o campo e a cidade é ainda mais evidente quando se observa a situação da insegurança alimentar. Nas áreas rurais, mais de 60% dos lares enfrentam algum nível de insegurança alimentar, sendo que 18,6% dessas famílias convivem com a insegurança alimentar grave (fome), índice superior à média nacional. Mesmo aqueles que estão diretamente envolvidos na produção de alimentos não escapam dessa realidade, com 21,8% dos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores sendo atingidos pela fome. A pobreza das populações rurais, aliada ao enfraquecimento das políticas de apoio ao campo, à floresta e às águas, continua a gerar escassez e agravar ainda mais essa situação (REDE PENSSAN, 2021).

O segundo inquérito revela de forma clara que a fome está diretamente relacionada à questão racial. Enquanto a segurança alimentar está presente em 53,2% dos lares onde a pessoa responsável se identifica como branca, nos domicílios com responsáveis de raça/cor preta ou parda, esse índice diminui para 35%. Em outras palavras, 65% das famílias chefiadas por pessoas pretas ou pardas enfrentam algum tipo de restrição alimentar. Comparando com os dados do primeiro Inquérito Nacional da Rede PENSSAN, realizado em 2020, a fome aumentou de 10,4% para 18,1% nos lares liderados por pessoas pretas e pardas entre 2021 e 2022.

A fome também está vinculada ao gênero. A comparação entre os lares chefiados por homens e mulheres nos dois Inquéritos da Rede PENSSAN revela diferenças significativas. Nos domicílios em que a mulher é a responsável, a fome aumentou de 11,2% para 19,3%. Já nos lares com homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%. Esse cenário é, entre outros fatores, resultado da desigualdade salarial entre os gêneros, reflexo da estrutura patriarcal da sociedade.

Um outro dado alarmante que a interpretação deste relatório apontou foi de que em pouco mais de um ano, a fome duplicou nas famílias com crianças menores de 10 anos, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Quando o número de pessoas com até 18 anos no núcleo familiar é de três ou mais, a fome atingiu 25,7% dos lares. Por outro lado, nos domicílios compostos apenas por adultos, a segurança alimentar alcançou 47,4%, índice superior à média nacional.

Para erradicar a fome, é fundamental ter uma fonte de renda. Nos lares com uma renda superior a um salário mínimo por pessoa, a fome praticamente desaparece. Em 67% desses domicílios, o acesso a alimentos (segurança alimentar) é pleno e garantido. No entanto, enquanto em 2020 não havia famílias com essa faixa de renda passando

fome, no início de 2022, essa situação deixou de ser uma certeza contra a privação alimentar, em razão da crise econômica e dos reajustes do salário mínimo abaixo da inflação. Atualmente, 3% dos lares nessa faixa de renda enfrentam fome, 6% lidam com algum grau de restrição quantitativa de alimentos (insegurança alimentar moderada) e 24% não conseguem manter uma alimentação com qualidade adequada (insegurança alimentar leve). A fome é mais prevalente nas residências onde o responsável está sem emprego (36,1%), trabalha na agricultura familiar (22,4%) ou possui um emprego informal (21,1%). Por outro lado, a segurança alimentar é mais alta nos lares em que o chefe da família tem um emprego formal, representando 53,8% dos domicílios.

A fome afeta aqueles que não conseguem acessar a educação. Em 22,3% dos lares onde os responsáveis possuem baixa escolaridade — até 4 anos de estudo — há fome, sendo que em 2020 esse índice era de 14,9%. O maior índice de segurança alimentar ocorre nas residências cujos responsáveis têm mais de 8 anos de escolaridade, alcançando 50,6%.

Quanto à insegurança hídrica, a escassez de água para beber e cozinhar afeta 12% da população brasileira, que vive em situação de insegurança hídrica. Nessas residências, 22,8% enfrentam insegurança alimentar moderada e 42,0% sofrem com a fome. A insegurança alimentar está presente em 48,3% dos lares com acesso restrito à água na região Norte, 43,0% no Sudeste, 41,8% no Centro-Oeste e 41,2% no Nordeste. Onde a água é escassa, também faltam alimentos.

No cenário pós-pandemia de COVID-19, os movimentos sociais do campo e da cidade têm desempenhado um papel fundamental no combate à fome, intensificando suas ações para mitigar os impactos sociais e econômicos agravados pela crise sanitária. Organizações como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a Via Campesina e diversas redes de solidariedade urbana têm se mobilizado para promover a distribuição de alimentos, apoiar a agricultura familiar e garantir acesso a recursos essenciais para populações vulneráveis. Nos espaços urbanos, as ações incluem a criação de bancos de alimentos, distribuição de cestas básicas e a promoção de hortas comunitárias, enquanto no campo, busca-se fortalecer a produção de alimentos de forma sustentável, com foco na agroecologia. Além disso, esses movimentos têm pressionado o poder público para a implementação de políticas públicas que garantam segurança alimentar, a fim de reduzir as desigualdades que a pandemia exacerbou. A atuação dessas organizações é um exemplo de solidariedade e resistência, mostrando a força da mobilização popular na luta contra a fome e na busca por um modelo mais justo e inclusivo de desenvolvimento.

Desta forma, as ações coordenadas pela Campanha Mãos Solidárias pode caracterizar-se enquanto uma excelente experiência de combate à fome, uma vez que já se adquire produtos da agricultura familiar do estado de Pernambuco e realiza a distribuição de alimentos, diretamente nas comunidades da região metropolitana do Recife, mitigando os efeitos da insegurança alimentar nesses territórios.

2.3. Metodologia da pesquisa: coleta e análise dos dados

Partindo da premissa de que a realização do estudo está dividida em três partes, a primeira se baseia em dados coletados a partir do acompanhamento das atividades realizadas ao longo da trajetória da horta; a segunda é composta por entrevistas semiestruturadas com a coordenação do Mãos Solidárias; e a terceira também se baseia em entrevistas semiestruturadas, utilizando a metodologia de grupos focais. Assim, o próximo passo é aprofundar-se em cada etapa da coleta de dados.

O primeiro momento da coleta de dados caracteriza-se pelo resgate de informações sobre os trabalhos na comunidade Vila Manchete, com foco especial na estruturação da horta solidária. Esse resgate é feito a partir de anotações do autor, que participou do processo de consolidação da horta como parte do corpo responsável pela coordenação, além de documentos armazenados no drive da campanha Mãos Solidárias, onde estão registrados os trabalhos desenvolvidos. Essa coleta foi realizada durante todo o período da pesquisa.

A segunda parte da coleta ocorreu entre os dias 10 e 11 de novembro de 2024, por meio de entrevistas com dois coordenadores da campanha Mãos Solidárias. A primeira entrevistada foi Gessica Vitória Lima dos Santos, uma das coordenadoras do Mãos Solidárias, que coordena a rede de hortas dentro da (CMS). O segundo entrevistado foi Raob Napoleão de Assunção, que também integra a coordenação do Mãos Solidárias e atua nos territórios de Olinda e Paulista, sendo o responsável técnico por acompanhar a horta solidária da Vila Manchete. As entrevistas foram realizadas com base em um formulário semiestruturado, levando em consideração a atuação dos sujeitos dentro da (CMS), a própria campanha e suas linhas de atuação, além das hortas populares solidárias. A escolha dos participantes para essa pesquisa considerou a paridade de gênero e sua posição dentro da campanha, priorizando aqueles que estavam na coordenação da rede de hortas e o responsável pela horta estudada.

O terceiro momento da coleta de dados ocorreu no dia 11 de novembro de 2024, por meio de entrevistas semiestruturadas com as companheiras que participam diretamente das hortas: mulheres que estão no dia a dia da manutenção e que residem

na comunidade. Para a realização das entrevistas, também foi utilizado um questionário semiestruturado, onde foi abordada a realidade das entrevistadas em relação à (CMS) na comunidade e à horta popular solidária como ferramenta de transformação social, observando seus impactos positivos e negativos. Foram convidadas cinco mulheres, pois eram aquelas que poderiam participar e que estavam envolvidas desde o início da horta. A metodologia de grupo focal foi escolhida, permitindo que todas participassem ao mesmo tempo, promovendo uma conversa sobre a realidade, em que uma fala complementava a outra. Dessa forma, questões que fossem esquecidas poderiam ser lembradas por outras companheiras, enriquecendo ainda mais a pesquisa. Assim, foi realizada a coleta desses dados. Sendo representado na figura 7 e 8 abaixo sobre o momento da coleta de dados na comunidade.

Figura 7: Entrevista com as mulheres da Vila Manchete



fonte: acervo do autor

Figura 8: entrevista com as mulheres da vila manchete



Fonte: acervo do autor

A Partir da pesquisa com as mulheres foi possível constatar os seguintes dados, todas entrevistada são oriundas de localidades diferente e que chegaram ao território da vila manchete a mais de 20 anos na procura de melhores condições de vida e de moradia digna; Ambas não têm trabalho formal onde suas rendas vem de auxílio do governo e de trabalhos informais, das 5 cinco entrevistada pelo menos 4 já tiveram contato com agricultura, e de concordância total dos entrevistados que a horta produz uma gama em quantidade e variedades de alimentos e que esses alimentos são o suficiente para os participantes da mesma e excede proporcionando a doação a outros moradores alimentos esses como banana, alface, coentro, berinjela, rúcula, macaxeira, e que esses alimentos são de alta qualidade proporcionando assim a observação não melhoria da saúde a partir dessa alimentação, as cinco entrevistadas afirma que a chegada da (CMS) na comunidade foi de fundamental importância tanto para a organização popular e formação e o combate à insegurança alimentar a partir da horta e das formações da luta por direitos. porém a horta não desenvolve o papel de na geração de renda.

A partir da análise dos dados coletados que é uma análise de fundamento qualitativo é possível constatar que que a partir dos relatos a campanha mãos solidárias desenvolvem o seu papel com êxito que é a organização popular na lutas por direitos, observado a partida da falas dos coordenadores onde ambos concordam que a campanha alcança seu objetivos, e da confirmações das companheiras que se insere na campanha a partir do seus territórios e com suas afirmações que a campanha transformou a vida de muitas famílias da comunidade, a partir da formação na luta por direitos e na solidariedade ativa.

E que a hortas populares que é uma linha da Campanha Mãos Solidárias desenvolve um papel fundamental na vida das famílias, como organização popular onde companheiros e companheiras se insere e participa dessa atividade, que ela proporciona a amenização da insegurança alimentar e nutricional onde as famílias conseguem produzir seus alimentos, alimentos estes de base da transição agroecológica, onde não á trabalho forçado mas a conscientização da importância dele, alimentos livre de exploração e de abuso de poder onde todos tem vez e voz, alimentos livre de racismo, machismo e lgbs fobia onde todos tem espaço independente de sexo, cor, religião avendo assim o respeito entre todos e alimentos livres de agrotóxico respeitando o meio ambiente onde e debatido a saude não basea-se na doença e sim com basse na alimentação saudavel e no alto cuidado.

É possível constatar que 70% das pessoas entrevistada vem do processo do êxodo rural, por mais que todos os pontos apontados no desenvolvimento da horta ela

não produz uma renda para as famílias envolvida a partir de venda de produtos agroecológico pois o terreno onde é produzido não é grande o suficiente para uma produção em escala para a alimentação e a comercialização, assim o próximo passo da comunidade é mapear outro terreno para a expansão da horta e assim a produção ser em uma escala capaz de produzir para comercialização.

CAPÍTULO 3 - A experiência da Horta Popular Solidária da Vila Manchete, Olinda, Pernambuco

Neste capítulo, exploraremos detalhadamente nosso objeto de estudo, descrevendo todo o processo de construção e consolidação da experiência, retomando, por meio de nossos relatos coletados nos diários de campo e nas entrevistas realizadas com os sujeitos participantes, bem como pela coordenação territorial da Campanha Mãos Solidárias, que presta assessoria técnica à horta, desde sua origem até o momento presente, destacando também as perspectivas futuras para a continuidade deste projeto de transformação social.

3.1. A caracterização do território estudado

O território onde foi realizada a pesquisa é uma ocupação urbana localizada na avenida Poeta Vinícius de Moraes nº 2, no bairro de Ouro Preto, Olinda. A comunidade se sedimentou em um antigo empreendimento da já falida companhia de telecomunicações, ocupando um terreno abandonado de cerca de 8 hectares onde ainda encontra-se de pé a antiga torre de transmissão de arquitetura modernista, primeira obra do renomado arquiteto Oscar Niemeyer em Pernambuco. De acordo com a reportagem do Diário de Pernambuco intitulada como “Desenhada por Niemeyer, torre da Manchete em Olinda sofre com vandalismo” publicada em julho de 2020, o processo de tombamento desse patrimônio histórico encontra em tramitação na Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) a pedido da Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP) e da Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta (Sodeca) (CAVALCANTE, 2020). Representado na figura 9 a seguir sobre o território estudado a torre da TV Manchete.

Figura 9 - Torre da TV Manchete



Fonte: Diário de Pernambuco. Acesso em:
<https://www.diariodepernambuco.com.br/ultimas/2020/07/desenhada-por-niemeyer-torreda-manchete-em-olinda-sofre-com-vandalis.html>

Em 2018, aos pés do ícone arquitetônico depredado, 200 famílias sem teto se apropriaram do terreno, onde permanecem até hoje lutando pelo seu direito à moradia. A ocupação da Vila Manchete carrega em sua história o poder da organização popular e da luta pela garantia de direitos, sendo terreno fértil para se fazer florescer outras tantas frentes de luta, como assim percebeu a coordenação da Campanha Mãos Solidárias.

Nas imediações da torre, onde atualmente é o principal ponto de encontro e confraternização da comunidade, está localizada a Horta Popular Solidária, que surge em 2022, durante a pandemia, fruto do processo de organização dessas famílias no cuidado e precauções com a covid-19, iniciativa coordenada pela Campanha Mãos Solidárias, que desenvolveu diversas ações naquela comunidade e em outras tantas da Região Metropolitana do Recife como a formação dos Agentes Populares de Saúde no Combate à Covid-19⁴ e mais tarde a organização do Banco Popular de Alimento⁵, a Cozinha Popular Solidária⁶ e a própria horta, nosso objeto de estudo.

3.2. “Aqui se germina luta”: a Horta Popular Solidária da Vila Manchete

A história da Horta Popular da Vila Manchete se inicia em setembro de 2022, engatilhada a partir da reflexão crítica daquela comunidade quanto da importância de se lutar pelo acesso à alimentação, mas precisamente uma alimentação saudável e agroecológica, e da organização popular para o enfrentamento do que estávamos vivendo naquele momento histórico enquanto sociedade, que era a pandemia da Covid19. O referido recorte temporal ficou marcado como um momento muito delicado e escancarou a realidade experienciada pelas famílias periféricas, como a fome, o desemprego e o pouco acesso à rede pública de saúde, para citar alguns. Esse foi um período de grande retrocesso no tocante à luta por direitos e da organização popular. A já mencionada crise também fez nos perceber a importância da atuação dos movimentos sociais dentro das periferias, áreas comprovadamente mais vulnerabilizadas e expostas aos efeitos do vírus e da desigualdade estrutural.

⁴ Processo formativo realizado pela Campanha Mãos Solidárias, Fiocruz Pernambuco e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que proporcionou aos sujeitos das comunidades orientações de promoção do cuidado e prevenção da Covid.

⁵ Organização popular para o recebimento de alimentos produzidos e doados pelos assentados e acampados da reforma agrária organizados pelo MST em Pernambuco.

⁶ Outra iniciativa desta tripla parceria que pela força da organização popular estrutura uma cozinha solidária como uma estratégia de combate à fome nas comunidades carentes.

Na periferia de Olinda, região metropolitana do Recife, percebemos as mesmas fragilidades e o mesmo florescer de um processo de organização popular impulsionado pela ação dos movimentos sociais. Ali, a Campanha Mãos Solidárias (CMS) se aproxima do território da comunidade da Vila Manchete, de início, com a proposta de construir um Bancos Populares de Alimentos. Trata-se de uma frente de ação de combate à fome que organiza agrupamentos de famílias territorialmente, pelo critério da vizinhança e sociabilidade, onde se atribui aos participantes deveres e direitos, para que se orquestre, logisticamente, o recebimento da produção de alimentos saudáveis e agroecológicos oriundos das áreas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária, levando sempre em critério o grau de vulnerabilidade, grau de insegurança familiar a composição daqueles núcleos familiares (quantidade de pessoas, gênero, idades...).

O processo acima descrito, em leitura rápida, pode parecer bastante simples, no entanto, não é. Essa complexidade do processo que distingue a atuação da CMS de qualquer outra intervenção assistencialista. O Banco Popular de Alimentos - experiência exitosa da CMS já multiplicada em diversos territórios, para além da Vila Manchete, visa sobretudo, a politização e a criação de uma consciência crítica sobre a fome que assolava aquela comunidade. A CMS conseguiu abordar a Vila Manchete provocando-os a debater um projeto popular de sociedade, pavimentando uma via aberta para se questionar todo um modelo de produção agrícola de monocultivo de grande latifúndio, o agronegócio, e pautar a agroecologia.

Para tanto, a organização das famílias se dava através de reuniões contínuas, em que se definiam as coordenações dos grupos, se dividiam as tarefas, os custos e os benefícios de participarem da iniciativa. O processo organizativo não parava por aí. A Campanha Mãos Solidárias desenvolvia formações (cursos livres) sobre temas pertinentes para o contexto social e político daquela comunidade, como a alimentação saudável e sua importância na promoção da saúde coletiva, a origem e produção de alimentos, a inflação com efeitos nos preços desses alimentos e na recomposição de nossos hábitos alimentares, a precarização das relações de trabalho, as relações sociais no recorte de gênero, raça e classe, a cidadania e a luta por direitos, para citar algumas. Aqui, a ênfase do projeto centrava-se na discussão sobre a produção e a origem do alimento. Assim sendo representado na figura abaixo no momento de distribuição dos alimentos para os moradores da comunidade vila manchete.

Figura 10: Dia de distribuição do Banco Popular de Alimentos



Fonte: Acervo do autor

Muito além de organizar uma infraestrutura logística de base social e cunho humanístico, a CMS visava pôr em marcha um processo construído através da solidariedade ativa, demonstrando concretamente que a participação popular e a organização de classe é o único caminho para se alcançar melhorias estruturais em nossas vidas.

A tecnologia social dos Bancos Populares de Alimentos, como já mencionado, foi apenas o primeiro passo do projeto de acompanhamento da CMS na Vila Manchete. Na sequência, após certo amadurecimento daquele território enquanto unidade política (agrupamento com alto grau de alinhamento de objetivos de pleitos), estruturou-se a

Cozinha Popular Solidária Luiz Lorenzon, cujo nome homenageia uma referência de luta que muito contribuiu com aquela região, sendo um histórico representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP). A cozinha foi instalada em imóvel alugado de responsabilidade tripartida entre o Instituto Mocambo, Instituto Ramá e o Mãos Solidárias. A cozinha iniciou com uma produção de 150 marmitas 3 três vezes por semana, onde essa produção era feita integralmente por mulheres voluntárias da comunidade, que se organizavam em subgrupos e dividiam as tarefas do preparo dos alimentos, da montagem das marmitas, da entrega das mesma aos moradores e da limpeza do espaço. Nos dias de preparo dessas refeições, as voluntárias se organizavam nos subgrupos mediante escala, por elas construída, reunindo cerca de 10 a 15 colaboradoras para garantir o funcionamento do equipamento coletivo.

De igual modo que os Bancos Populares de Alimentos, as Cozinhas Populares Solidárias foram consolidadas a partir de um longo processo organizativo, acompanhado, por sua vez de outras iniciativas formativas, capacitando as participantes do projeto em boas práticas e manuseios de alimentos, dessa vez, institucionalizada com o apoio da Fiocruz. Percebemos uma linha bastante coesa na promoção de ações coordenadas pela CMS. A cada etapa do processo, contínuo e sem fim, sempre em movimento, aprofundava-se o debate politizado sobre a fome, suas causas e consequências. Aqui a ênfase era a produção e o manuseio daquele alimento. Representado na figura 11 abaixo sobre o preparo dos alimentos para a comunidade da vila manchete preparo esse feito por voluntárias da mesma comunidade.

Figura 11: Preparo de marmitas na Cozinha Popular Solidária Luiz Lorenzon



Fonte: Acervo do autor

Em paralelo ao processo de consolidação da Cozinha, mais especificamente entre os meses de setembro de 2022 e abril de 2023, deu-se início construção de uma

horta comunitária urbana de orientação agroecológica, a Horta Popular Solidária da Vila Manchete, complementando e aprofundando as raízes da solidariedade ativa na comunidade. O processo de consolidação da organicidade da iniciativa se deu através da mobilização daquele agrupamento de famílias (em constante ampliação) engajadas nas demais frentes de ação da Campanha Mãos Solidárias no território, a saber: o Banco Popular de Alimentos e a Cozinha Popular Solidária Luiz Lorenzon. Com a convocação de assembleias, cerca de 60 famílias foram convidadas a assumir mais um compromisso com o projeto de transformação da realidade da comunidade. A ênfase agora era demonstrar concretamente que a produção de alimentos saudáveis era uma pauta de interesse extremo pras comunidades rurais e urbanas.

Conforme relata Raob Napoleão de Assunção, radialista e trabalhador da cultura, morador do bairro de Ouro Preto em Olinda, o mesmo em que está inserido a ocupação da Vila Manchete, membro da coordenação da Campanha Mãos Solidárias e responsável pelo acompanhamento do território.

Essa assembleia teve como foco convidar as pessoas que se identificassem a participar da horta, acontecida em setembro de 2022 e a partir dela saiu, para o mapeamento de uma área na comunidade para a consolidação da horta, levando em critério os seguintes pontos: áreas que tivessem possíveis pontos de captação de água próximo

Nesse estágio organizativo, já estava mais fácil para a CMS seduzir a comunidade a se engajar e a participar da construção da própria realidade. Nas reuniões de planejamento da horta, as famílias fizeram um mapeamento indicando possíveis locais para a implementação da estrutura na ocupação.

Alguns meses após a primeira reunião, foi localizada uma área de aproximadamente 150 m², área essa cedida por uma das companheiras e liderança da comunidade chamada Cleide. Dessa forma, a comunidade pôde iniciar conjuntamente dos militantes da CMS o trabalho prático, isto é, a limpeza do espaço e o preparo da fundação da horta. O primeiro mutirão organizativo da horta aconteceu em abril de 2023, foram necessários 3 dias de trabalho voluntário para limpeza, organização dos canteiros, plantio e estudo de como trabalhar a terra, dividir em grupos os voluntários comprometidos com a manutenção do espaço e a organização destes em escalas.

Representado na figura 12 abaixo o primeiro mutirão no local onde foi instalado a Horta Popular Solidária sendo possível observar como era o terreno antes.

Figura 12: Primeiro mutirão da Horta Popular Solidária da Vila Manchete



Fonte: acervo do autor

Cada subgrupo (NB - Núcleos de Base) se comprometeu a cuidar da horta uma vez por semana, e assim se deu o trabalho pelos meses seguintes, até o momento da primeira colheita. Na primeira experiência de plantio, foram escolhidas espécies de ciclo curto, como alface, berinjela, coentro, beterraba, couve folha, cebolinha e rúcula livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Assim sendo observado na imagem a seguir o momento da primeira colheita na horta, feito pelas companheiras que cultivaram.

Figura 13: Primeira colheita



Fonte: Acervo do autor

A produção colhida foi distribuída aos próprios voluntários de forma igualitária e deliberada em decisão coletiva. Já sobre o excedente, decidiu-se que seria destinado a

cozinha solidária da comunidade. De acordo com Severina Maria, moradora da vila manchete e participante da horta(2024).

Os alimentos que colhemos nos dividimos entre nós que produzimos, e o que produz em maior quantidade destinamos a cozinha solidária da comunidade para ser usado no preparo dos alimentos assim mais pessoas tenham acesso a esses alimentos, alimentos saudáveis sem veneno.

O cronograma de trabalho para a manutenção da horta definiu a necessidade de um acompanhamento semanal organizado em escalas alternadas, com a definição de que, a cada 15 dias, também seria necessário realizar um mutirão de limpeza, plantio e colheita. Achamos importante ressaltar que a horta, para além do processo de produção de alimentos, desenvolve um papel fundamental de organização popular, educação ambiental, solidariedade ativa, trabalho com crianças e se confirma como uma potente ferramenta de transformação social. Explanado na figura 13 o momento de mutirão na horta onde foi organizado os canteiros e plantado mais hortaliças

Figura 14 - Mutirão na horta da vila manchete



Fonte: acervo do autor

A oportunidade de ter participado e acompanhado esse processo tão intimamente nos levou a entender que o objetivo do trabalho com a horta se consolida a partir da participação das famílias, sendo as mulheres as voluntárias mais representativas. O ciclo de comprometimento das colaboradoras com o projeto já dura mais de dois anos com participação ativa delas na gestão da experiência.

A formação política a partir dos estudos com os participantes, no momento em que se debate a importância da alimentação saudável, a relevância da participação de todos nos processos que acontecem no território, e a inserção deles em espaços de debate sobre temas que discutem seus direitos, realizada por meio de atividades concretas, comprova que Horta Popular Solidária da Vila Manchete cumpre com a função

social a ela destinada. De conformidade com Gessica Vitoria coordenadora da rede de hortas da (CMS), (2024)

hortas ela cumprem o papel atendendo principalmente as figuras que estão totalmente conectados né dentro da campanha Mãos solidárias, que são as próprias e próprios sujeitos que estão dentro das hortas que estão dentro de outras áreas de atuações então, é através do alimento a gente realiza vários debates a partir da tão famosa praxe que é Teorizar e praticar ao mesmo tempo, então a partir disso a gente consegue conversar com as famílias e elas conseguem entender que a partir da sua própria mobilização seu próprio movimento e que são sujeitos importantíssimo em pressiona também os poderes públicos em busca de políticas públicas que atendam a necessidade da comunidade que é uma contribuição no entanto não apenas na parte da alimentação, da alimentação saudável, mas também na elevação da formação política e consciente pra eles entenderem que sem a organização popular sem a pressão popular a gente não consegue alcançar alguns direitos que a gente tem dentro da comunidade.

Outras formações muito importantes foram desenvolvidas a partir da consolidação da horta, tendo como público alvo a comunidade e arredores, suas lideranças e referências de luta e organização popular, em especial, citamos o curso de Horta Agroflorestal Urbana e Periurbana, em parceria com a Fiocruz, tendo como facilitador o mundialmente reconhecido agroecólogo Namastê Messerschmidt, realizado no dia 05/10/2023. Mais recentemente, a CMS realizou o curso de Agentes Populares de Alimentação, desenvolvido no âmbito do projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis: diagnósticos comunitária por agentes populares, entre julho e outubro de 2024, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Fiocruz-PE. Mostrado na imagem abaixo o momento de certificação desses agentes durante o último módulo do curso.

Figura 15: Conclusão do curso de Agentes Populares de Alimentação



Fonte: Acervo do Autor

E nesse período de existência muitos sujeitos e sujeitas do poder público já passaram por ela com intuito de conhecer, prestigiar e fortalecer esse trabalho que vem sendo desenvolvidos, como a deputada estadual do partido dos trabalhadores (PT) Rosa Amorim, o deputado túlio gadelha da (REDE), o deputado federal carlos veras do partido dos trabalhadores (PT), o dirigente nacional do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) Jaime Amorim, e arcebispo de olinda e recife dom Paulo Jackson.

Isso posto, compreendemos que Horta Popular Agroecologia Solidária da Vila Manchete vem desenvolvendo seu papel social e alcançando seu objetivo. Algo reiterado com o testemunho de Cleide, principal liderança da ocupação:

A horta aqui na comunidade foi um benção depois dela, a alimentação mudou muito, os alimentos saudáveis ajudaram muito na saúde das mulheres, e é uma terapia trabalhar nela, plantar e colher e ter a certeza que teremos alimento e alimentos saudáveis.

Quanto às perspectivas futuras da iniciativa, discute-se a expansão para outros espaços na comunidade e comunidades vizinhas, com uma expectativa de assegurar alimentação de qualidade a aqueles mais favorecidos. Segundo Gessica Vitoria (2024)

A meta é alcançar o máximo de espaço que a gente consiga, e o máximo de articulação e vínculo nas comunidades nas quais a gente ainda não tem entrado e a gente não tem nenhuma iniciativa do Mãos Solidárias, então expandir por todos territórios, por todos os bairros do Recife e RMR, todas as comunidades onde a gente garanta um alcance né até as pessoas que a gente deseja até as comunidades que a gente

não tem ainda nada consolidada, no sentido de fortalecer o debate da alimentação saudável, do acesso a alimentação, da produção de alimentos pequenos agricultores a agricultura periurbana também fortalecer nesse sentido, e que a gente contribua de alguma forma na luta por direito, seja ele acesso à água, seja acesso à moradia, acesso à energia seja em qualquer necessidade que seja daquele local daquela realidade então discutir outras necessidades para a então própria produção de alimentos e também fazer a agroecologia e também discutir alimentação saudável, e discutir saúde partindo não de doenças e sim da produção de alimentação saudável então o intuito é esse e a nossa meta e objetivo, a partir da formação de sujeitos, sujeitas e sujeitos.

A horta continuará a fomentar a organização popular, potencializando-as com intenções de incorporar o debate da economia solidária e a geração de renda a partir da comercialização desses alimentos em feiras livres agroecológicas. Para ser possível alcançar esse novo horizonte, a meta é a multiplicação e a expansão de experiências tão espirituosas quanto a da Vila Manchete, a expansão do território da horta da vila manchete, e a expansão do modelo para os bairros vizinhos, assim será possível produzir alimentos que supram as necessidades da alimentação e de quantidade para a comercialização assim sendo uma fonte de renda a esses sujeitos, sujeitas e sujeitos que estão ligada a ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos analisados, é notável que a Horta Popular Solidária da Vila Manchete desenvolve um papel fundamental na comunidade, evidenciando sua potência na organização popular, política, cultural, e na sensibilização e socialização em relação ao tema da agroecologia, conforme retratado pelos impactos positivos que ela gerou na vida dos sujeitos que dela participam diretamente, assim como nos sujeitos que são beneficiados indiretamente pelo processo de alimentação saudável preparado na cozinha solidária da comunidade, alimento este produzido na horta. Dessa forma, a horta desempenha o papel de ferramenta no combate à fome e proporciona segurança alimentar nas periferias urbanas.

No tocante à organização popular e política, a partir de formações e cursos livres que debatam temas sociais, estimulando a participação direta dos sujeitos nas decisões sobre as tarefas desenvolvidas no território, bem como a formação/multiplicação de lideranças que, em um futuro próximo, serão formadoras de outros novos agentes na comunidade.

Percebemos ainda uma excelente apropriação da pauta da agroecologia, tanto por parte da Campanha Mãos Solidárias quanto da comunidade engajada em seus projetos, entendida como um debate que extrapola a produção de alimentos saudáveis, mas que também reconhece que a agroecologia incorpora muitos outros eixos sociais, como a lgbtfobia, o machismo e o racismo.

Fazer-se entender em uma comunidade urbana com pouco vínculo com a terra e a realidade do campo que a agroecologia é uma forma de viver em harmonia social, ambiental e política, foi um outro grande acúmulo positivo que a horta proporcionou. Em uma comunidade desamparada de muitos direitos há tantos anos, fez com que a horta fizesse fermentar um processo de organização popular muito grande, em um relativamente curto espaço de tempo. Desde sua formação até a data atual, produzindo alimentos, fomentando a conscientização ambiental relacionando-a à questão da saúde coletiva, a Horta Popular Solidária da Vila Manchete vem forjando mais do que sujeitos participativos no cenário político do próprio território, mas verdadeiros agentes populares da justiça social.

Em um próximo ciclo de avanço organizativo, a comunidade da Vila Manchete, com todas as suas tecnologias sociais (Banco de Alimentos, Cozinha Popular Solidária e Horta Popular Solidária Agroecológica) investirá na estruturação de economia solidária, pautando a geração de renda e dando ainda mais autonomia e força para a comunidade.

Analisando de outro ângulo, pensamos que o presente trabalho conseguiu compreender os princípios, objetivos, limites e potencialidades da atuação estratégica da Campanha Mãos Solidárias na experiência olindense, detalhando bem os processos de como ela contribui para o fomento da organização popular com a tática de desenvolver atividades concretas, dentro da realidade específica da comunidade da Vila Manchete. A experiência acompanhada por nós demonstrou ter alcançado seus objetivos na comunidade, dando margem a interpretação que o exemplo por nós estudado merece ser multiplicado em muitas outras realidades periféricas que almejam lutar pela justiça social.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Lígia. **Movimentos sociais, Igreja Católica e ONGs se unem para alimentar moradores de rua do Recife em tempos de coronavírus; saiba como doar.** Jornal do Comercio, Recife, 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2020/03/5603608-movimentos-sociais--igrejacatolica-e-ongs-se-unem-para-alimentar-moradores-de-rua-do-recife-em-tempos-decoronavirus--saiba-como-doar.html>> Acesso em: 12 de outubro de 2024.

CAPORAL, F. R., & Costabeber, J. A. (2004). **Agroecologia: conceitos e princípios.** Brasília: Embrapa. Disponível em <https://www.embrapa.br/> acesso 22 nov 2024

CRAVO, Alice; GULARTE, Jeniffer. **Mapa da fome: insegurança alimentar se agravou na pandemia e atingiu mais de 70 milhões de brasileiros.** O Globo, Brasília, 17 de julho de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/07/12/mapa-da-fome-inseguranca-alimentar-se-agravou-na-pandemia-e-atingiu-mais-de-70-milhoes-de-brasileiros.ghtml>> Acesso em: 12 de outubro de 2024

DAGNINO, Renato. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. In: **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** 2010. p. 297-297.

De Reforma Agrária, Confederação das Cooperativas et al. **Dicionário de agroecologia e educação.** EPSJV, 2021.

FONSECA, Sergio Azevedo; MORAIS, Leandro Pereira; CHIARIELLO, Caio Luis. **Hortas urbanas, agroecologia, Economia solidária: a horta comunitária da zona norte em Araraquara-SP.** ORG & DEMO, v. 25, p. e024006-e024006.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro 2005.

INSTITUTO KAIROS. **Tecnologias sociais.** Disponível em: <http://institutokairos.org.br/tecnologias-sociais>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MACHADO, Jorge Mesquita Huet et al. **Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial.** Comunicação em Ciências da Saúde, v. 28, n. 02, p. 243-249, 2017.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELLO, L. M. B. de D. et al. **Agentes populares de saúde: ajudando minha comunidade no enfrentamento da pandemia de Covid-19**. Recife: Fiocruz-PE, 2020.

MIRANDA, Humberto da Silva *et al.* **Relatório final: Censo da população em situação de rua da cidade do Recife**. Recife, PE. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023.

PERES, A. C.; STEVANIM, L. F.; LAVOR, ADRIANO DE. País faminto. Revista RADIS n.225, p. 10-16. jun. 2021. REDE NACIONAL DE PESQUISA EM SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-insegurancaalimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 06 de agosto. 2024

RAMBO, Marcos Alberto. **O Estatuto do Trabalhador Rural (1963): lutas, impasses e contradições na extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural no Brasil**. 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos**. Portal EcoDebate, p. 5-27, 2011.

SILVA, Carolina Veras Pessoa Da *et al.* **Agentes populares no contexto da pandemia de Covid-19: educação popular em saúde na construção de territórios saudáveis e sustentáveis**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 28, p. e230142, 2024.

ANEXO I

Questionário para membros da Comunidade (11 Perguntas)

*Iniciar registrando o nome, a data de nascimento, o gênero e a comunidade do participante.

1. Há quanto tempo você mora nesta comunidade?
2. Qual é a principal fonte de renda da sua família? (Múltipla escolha: trabalho formal, trabalho informal, agricultura/fazenda, ajuda de programas sociais, outros)
3. Há quanto tempo a horta agroecológica existe em sua comunidade?
4. Antes da horta, você ou alguém da sua família já tinha experiência com a produção de alimentos? (Sim/Não)
5. Quantas pessoas da sua casa ou vizinhança participam diretamente das atividades da horta?
6. Quais alimentos vocês produzem atualmente na horta? (Permitir múltiplas respostas com opções como: folhas, legumes, frutas, temperos)
7. Para que fins vocês utilizam os alimentos da horta? (Múltipla escolha: consumo próprio, venda, doação, outros)
8. Em sua opinião, a horta contribuiu para melhorar a segurança alimentar da sua família? (Sim/Não. Se sim, pedir para descrever brevemente como)
9. Você percebeu alguma mudança na alimentação e na saúde de sua família após o envolvimento com a horta? (Sim/Não. Se sim, pedir para descrever brevemente)
10. Qual é a importância das hortas solidárias agroecológicas para as famílias da sua comunidade?
11. Quais são as principais dificuldades ou desafios que você enfrentou ou enfrenta para participar do Mãos Solidárias?

ANEXO II

Questionário para a Coordenação do Mãos Solidárias (10 Perguntas)

*Iniciar registrando o nome, a data de nascimento, o gênero e o cargo do participante.

1. Qual é o seu cargo e há quanto tempo você atua no Mãos Solidárias?
2. Em que ano o Mãos Solidárias foi fundado e qual foi sua motivação principal?
3. Qual é a missão central do Mãos Solidárias na sua visão?
4. Quantas hortas comunitárias o Mãos Solidárias ajudou a estabelecer até hoje na região?
5. Como o programa organiza e mantém a formação de hortas solidárias nas comunidades? (Múltipla escolha com opções como: parcerias com moradores, doação de insumos, capacitações, acompanhamento técnico)
6. De que forma o Mãos Solidárias promove a organização popular nas comunidades atendidas?
7. Como a produção das hortas contribui para a segurança alimentar e combate à fome nas comunidades?
8. Quais são os maiores desafios para manter a sustentabilidade e autonomia das hortas?
9. Na sua avaliação, o Mãos Solidárias tem alcançado seus objetivos de promover segurança alimentar e fortalecimento comunitário? (Sim/Não. Se não, pedir para descrever brevemente os obstáculos)
10. Quais estratégias futuras estão planejadas para fortalecer o impacto das hortas agroecológicas solidárias?